



**PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 2101001/2026/PMTA**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO DE ESTUDO:
**CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMA DE
ENSINO ONLINE PARA OFERTA DE
CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JANEIRO DE 2026, TOMÉ-AÇU/PA

SUMÁRIO

- 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
- 2. ÓRGÃO GERENCIADOR**
- 3. DA DISPENSA DE LANÇAMENTO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP**
 - 3.1. Esclarecimento sobre o escopo da contratação
- 4. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL – PCA**
- 5. MOTIVAÇÃO E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
 - 5.1. Problemática a Ser Resolvida sob a Perspectiva do Interesse Público
- 6. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA FINALIDADE DOS ITENS**
 - 6.1. Natureza do Objeto – Serviços Comuns
- 7. DEFINIÇÃO DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA**
- 8. COMPOSIÇÃO DA SOLUÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO**
 - 8.1. Seleção do item e descrição das especificações da contratação
 - 8.2. Serviços mínimos a serem disponibilizados pela plataforma
 - 8.3. Especificações técnicas e pedagógicas da contratação
 - 8.4. Considerações sobre a seleção dos itens
 - 8.5. Trâmite de execução do objeto
 - 8.6. Estratégia de divulgação e processo de inscrição dos beneficiários
 - 8.7. Análise do ciclo de vida do objeto
 - 8.8. Recomendações quanto à utilização dos itens contratados
 - 8.9. Tenção e conscientização dos alunos beneficiários do cursinho
 - 8.10. Dispensa de normas técnicas e certificações dos itens
 - 8.11. Das declarações técnicas obrigatórias da contratada
- 9. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO**
 - 9.1. Conclusão quanto à modalidade
 - 9.2. Isenção / não adoção do sistema de registro de preços – SRP
 - 9.3. Vigência do contrato
 - 9.4. Forma eletrônica
 - 9.5. Tipo e critério de avaliação: menor preço por item
- 10. ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS**
- 11. PESQUISA MERCADOLÓGICA – CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO FORNECEDOR**
- 12. DA NÃO APLICAÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LOCAIS E REGIONAIS**
 - 12.1. Justificativa para a não aplicação de cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte
- 13. CONTRATAÇÕES SIMILARES**
- 14. COMPARAÇÃO COM CONTRATAÇÃO ANTERIOR DE OBJETO SIMILAR**
 - 14.1. Comparativo orçamentário entre o processo anterior e o processo atual do cursinho municipal (valores estimados)
 - 14.2. Análise dos preços cotados no pregão de 2022
- 15. MEDIDAS MITIGADORAS ADOTADAS NO CERTAME**
 - 15.1. Exigência de garantia da proposta
 - 15.2. Solicitação de atestado de capacidade técnica
 - 15.3. Comprovação de exequibilidade das propostas
- 16. RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO**
 - 16.1. Da vedação à subcontratação
- 17. CLÁUSULAS OPERACIONAIS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE HOSPEDAGEM**
- 18. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**
- 19. INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 20. ORIENTAÇÕES RESUMIDAS AO FISCAL DE CONTRATO**
- 21. IMPACTO AMBIENTAL**
- 22. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**
- 23. MAPA DE RISCO**
- 24. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**
- 25. CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS DE PLANEJAMENTO**
- 26. ANEXOS E APÊNDICES**
- 27. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Processo Administrativo nº 2101001/2026/PMTA

O presente documento tem por finalidade apresentar o Estudo Técnico Preliminar elaborado no período de 29 de janeiro de 2026 a 02 de fevereiro de 2026, com vistas à instrução de processo licitatório destinado a **CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMA DE ENSINO ONLINE PARA OFERTA DE CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR**, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Decretos Municipais nº 046/2023, 054/2023, 055/2023, 056/2023, 059/2023, 060/2023, Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei Federal nº 123/2006 e alterações posteriores. Este documento busca centralizar e justificar e apresentar a solução mais viável para a licitação em questão. Ao longo deste estudo será abordado pontos pertinentes à tramitação e vantajosidade.

Art. 18, lei 14.133/2021 § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação(...)

2. ÓRGÃO GERENCIADOR

Fica definida como órgão gerenciador o órgão demandante da contratação, **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, responsável pela gestão da demanda e pela execução dos contratos dela decorrentes, cabendo ao Departamento de Licitações e Contratos a condução dos procedimentos licitatórios e o suporte técnico-administrativo.

3. DA DISPENSA DE LANÇAMENTO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP

Considerando que a presente contratação decorre de demanda exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, sem participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, fica dispensado o lançamento da Intenção de Registro de Preços – IRP.

Ressalta-se que o procedimento de IRP tem por finalidade dar publicidade e oportunizar a participação de outros órgãos interessados na futura Ata de Registro de Preços, o que se mostra desnecessário no presente caso, uma vez que a contratação foi planejada para atendimento específico das necessidades da SEMED, inexistindo compartilhamento da demanda ou previsão de utilização da Ata por outros setores da Administração.

Destaca-se, ainda, que a dispensa do IRP preserva os princípios da eficiência administrativa, celeridade processual e economicidade, evitando a adoção de etapa procedimental que não agregaria vantagem prática ao certame, sem prejuízo da ampla competitividade do processo licitatório, que permanece assegurada por meio da regular publicidade do edital.

Assim, o prosseguimento do feito sem a abertura de IRP mostra-se plenamente compatível com a legislação vigente e com as boas práticas de gestão das contratações públicas, diante da natureza específica e individualizada da demanda.

3.1.ESCLARECIMENTO SOBRE O ESCOPO DA CONTRATAÇÃO E SEGREGAÇÃO DAS DEMANDAS DE HOSPEDAGEM

A presente contratação tem por escopo exclusivo a prestação de serviços educacionais por meio de plataforma digital de ensino a distância (EaD), contemplando ambiente virtual de aprendizagem, conteúdos pedagógicos, videoaulas, materiais didáticos digitais, atividades interativas, simulados, correções, relatórios de desempenho e suporte educacional, conforme especificações técnicas a serem detalhadas no Termo de Referência.

Ressalta-se que o objeto não compreende a locação de espaço físico, a realização de aulas presenciais, o fornecimento de infraestrutura escolar tradicional ou a contratação direta de professores para atuação em salas de aula, restringindo-se à disponibilização de solução tecnológica educacional integrada para oferta do cursinho pré-vestibular/pré-ENEM de forma online.

A plataforma deverá permitir acesso remoto dos estudantes, acompanhamento pedagógico pela Administração, controle de frequência, avaliação de desempenho e suporte técnico, garantindo a efetiva execução da política pública educacional instituída no âmbito do Município.

4. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A elaboração do Plano Anual de Contratações – PCA tem por finalidade promover o alinhamento das demandas de aquisição e contratação das Secretarias Municipais e dos ordenadores de despesas às reais necessidades da Administração Pública, permitindo o adequado planejamento das compras, a racionalização dos recursos públicos e a identificação de oportunidades de melhoria nos processos de trabalho.

O PCA constitui instrumento essencial de governança das contratações públicas, fortalecendo a gestão eficiente dos recursos, a transparência administrativa e a prestação de contas, além de contribuir para a

mitigação de riscos relacionados aos procedimentos de aquisição, em observância aos princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

O Plano de Contratação Anual referente ao exercício de 2026 encontra-se em fase de elaboração pela Administração Municipal, em conformidade com o fluxo de planejamento institucional e com o disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

Não obstante, a presente contratação de serviços de hospedagem já se encontra alinhada ao planejamento institucional do Município, por se tratar de demanda recorrente, previsível e indispensável ao regular desenvolvimento das atividades administrativas, técnicas, educacionais e de capacitação promovidas ou acompanhadas pela Administração Pública.

A contratação visa assegurar condições adequadas de logística, conforto, segurança e funcionalidade aos participantes das ações institucionais, tais como servidores, técnicos, consultores, palestrantes e equipes de apoio, contribuindo para a organização das atividades públicas, a economicidade dos gastos e a eficiência administrativa, além de prevenir contratações emergenciais ou fragmentadas.

5. MOTIVAÇÃO/OBJETIVO

A presente contratação tem como motivação primordial o fortalecimento da política pública municipal voltada à democratização do acesso à educação de qualidade e à ampliação das oportunidades educacionais para os estudantes do Município de Tomé-Açu, especialmente aqueles oriundos da rede pública de ensino e de contextos socioeconômicos mais vulneráveis.

A educação constitui direito fundamental assegurado constitucionalmente e instrumento essencial de transformação social, desenvolvimento humano e redução das desigualdades. O acesso a uma formação adequada, especialmente no momento de transição entre o ensino médio e o ensino superior, representa fator decisivo para a construção de trajetórias profissionais mais qualificadas, para a mobilidade social e para o desenvolvimento sustentável do Município.

Nesse contexto, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM consolidou-se como principal porta de entrada para o ensino superior no Brasil, sendo utilizado por universidades públicas e privadas, programas federais de acesso à educação, bolsas de estudo e financiamentos estudantis. O desempenho dos estudantes no ENEM passou a refletir diretamente suas possibilidades de ingresso em cursos de graduação e em instituições de ensino de maior qualidade, tornando-se etapa estratégica na vida acadêmica da juventude brasileira.

Todavia, observa-se que parcela significativa dos estudantes da rede pública enfrenta dificuldades no acesso a materiais pedagógicos atualizados, acompanhamento especializado, metodologias de estudo voltadas ao ENEM e aos vestibulares e ambientes educacionais que favoreçam o aprendizado contínuo. A inexistência ou inacessibilidade financeira de cursinhos preparatórios privados contribui para aprofundar desigualdades educacionais e limitar oportunidades de ingresso no ensino superior.

Diante dessa realidade, o Município de Tomé-Açu instituiu o Cursinho Pré-Vestibular / Pré-ENEM Municipal como política pública permanente de apoio educacional, com o objetivo de proporcionar preparação gratuita, estruturada e de qualidade aos estudantes locais. A adoção de plataforma de ensino online representa avanço significativo nessa política, ao possibilitar:

- ampliação do alcance do programa para estudantes da zona urbana e rural;
- flexibilidade de horários de estudo, respeitando diferentes realidades familiares e de trabalho;
- acesso contínuo a conteúdos pedagógicos atualizados;
- acompanhamento individualizado do desempenho dos alunos;
- aplicação de simulados e avaliações periódicas;
- interação educacional por meios digitais.

A contratação objetiva não apenas preparar os estudantes para provas específicas, mas promover o fortalecimento de competências acadêmicas essenciais, tais como interpretação de textos, raciocínio lógico, pensamento crítico, organização dos estudos e autonomia intelectual, competências estas fundamentais para o sucesso no ensino superior e no mercado de trabalho.

Adicionalmente, a iniciativa contribui para a modernização das estratégias educacionais do Município, incorporando tecnologias educacionais contemporâneas, promovendo inovação pedagógica e otimizando a aplicação dos recursos públicos, ao concentrar esforços em solução educacional integrada, com controle de acesso, monitoramento de resultados e ampla abrangência social.

Assim, a presente contratação se insere como instrumento estratégico de promoção do direito à educação, de fortalecimento das políticas públicas educacionais municipais, de redução das desigualdades de acesso ao ensino superior e de estímulo ao desenvolvimento humano e social da juventude tomé-açuense, refletindo o compromisso da Administração Pública com a formação de cidadãos mais preparados, conscientes e capazes de contribuir para o futuro do Município.

5.1. PROBLEMÁTICA A SER RESOLVIDA (SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO):

O Município de Tomé-Açu enfrenta desafios relevantes relacionados à preparação adequada dos estudantes da rede pública de ensino para o ingresso no ensino superior, especialmente no que se refere ao acesso a conteúdo pedagógicos estruturados, acompanhamento educacional especializado e metodologias de estudo voltadas ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e aos vestibulares.

Grande parte dos jovens concluintes do ensino médio encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que limita significativamente sua possibilidade de acesso a cursinhos preparatórios privados, materiais didáticos atualizados e apoio pedagógico complementar. Tal realidade contribui para a perpetuação das desigualdades educacionais, reduzindo as chances de ingresso desses estudantes em instituições de ensino superior e em programas de acesso educacional.

Adicionalmente, o Município apresenta desafios logísticos e territoriais, com estudantes residentes tanto na zona urbana quanto em áreas rurais e comunidades mais distantes, o que dificulta a participação em cursos presenciais contínuos, quando existentes, ampliando ainda mais a exclusão educacional.

A ausência de política pública estruturada e permanente de preparação para o ENEM e vestibulares compromete o desenvolvimento educacional da juventude local, impacta negativamente indicadores educacionais do Município e limita oportunidades de formação profissional qualificada, refletindo diretamente no desenvolvimento socioeconômico da região.

Sob a perspectiva do interesse público, torna-se imprescindível a implementação de solução educacional acessível, abrangente e eficiente, capaz de democratizar o acesso à preparação acadêmica de qualidade, reduzir desigualdades, ampliar oportunidades de ingresso no ensino superior e promover o desenvolvimento humano da população jovem.

Assim, a problemática central a ser enfrentada consiste na necessidade de garantir preparação educacional gratuita, estruturada e inclusiva aos estudantes do Município, superando barreiras socioeconômicas, territoriais e educacionais, e assegurando igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior e à formação acadêmica.

6. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA FINALIDADE DOS ITENS

A presente contratação, destinada ao fornecimento de plataforma de ensino online para oferta de cursinho pré-vestibular/pré-ENEM municipal, possui natureza de **SERVIÇO NÃO CONTINUADO**, uma vez que se destina à execução de atividade educacional específica, vinculada à programa público com período determinado de realização.

Os serviços educacionais serão prestados dentro de cronograma previamente definido, correspondente ao período do curso, não se caracterizando como atividade permanente ou ininterrupta da Administração Pública, mas como ação planejada voltada ao atendimento de estudantes em etapa específica de preparação acadêmica.

Ressalta-se que a contratação não envolve dedicação exclusiva de mão de obra à Administração, tampouco prestação contínua de serviços essenciais de funcionamento institucional, mas sim a disponibilização de solução educacional tecnológica, com conteúdo pedagógicos, acompanhamento acadêmico e ferramentas digitais, executada conforme o período do programa municipal.

Embora o contrato possa ter vigência anual para fins administrativos e de organização da execução, tal circunstância não altera sua natureza jurídica, que permanece como serviço não continuado, por tratar-se de demanda com objeto específico, duração determinada e finalidade educacional delimitada.

Dessa forma, a contratação enquadra-se como prestação de serviço não continuado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e adequada gestão dos recursos públicos.

6.1. NATUREZA DO OBJETO – SERVIÇOS COMUNS

Os serviços que compõem o objeto da presente contratação, consistentes no fornecimento de plataforma de ensino online para oferta de cursinho pré-vestibular/pré-ENEM municipal, classificam-se como **SERVIÇOS COMUNS**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e condições de execução podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações técnicas usuais e amplamente praticadas no mercado educacional digital.

A natureza do serviço permite descrição clara, mensurável e comparável entre os fornecedores, considerando critérios objetivos tais como: quantidade de disciplinas ofertadas, carga horária de videoaulas, disponibilização de materiais didáticos digitais, funcionalidades da plataforma (acesso remoto, simulados, relatórios de desempenho, acompanhamento pedagógico), número de usuários atendidos, estabilidade do sistema, suporte técnico e conformidade com a legislação de proteção de dados, possibilitando julgamento isonômico das propostas.

O entendimento acerca da caracterização de serviços comuns abrange não apenas o fornecimento de bens padronizados, mas também serviços amplamente ofertados no mercado, cujas práticas de execução são

consolidadas, replicáveis e passíveis de definição objetiva, conforme entendimento reiterado dos órgãos de controle.

No caso específico das plataformas educacionais online, trata-se de solução tecnológica amplamente difundida no setor educacional, com modelos consolidados de funcionamento, padrões reconhecidos de qualidade e ampla oferta no mercado, não envolvendo desenvolvimento intelectual singular ou prestação personalizada que caracterize serviço especial de natureza predominantemente intelectual.

Ademais, o objeto não se refere à contratação individualizada de docentes ou à execução de ensino presencial sob medida, mas sim à disponibilização de ambiente virtual de aprendizagem estruturado, com conteúdo previamente organizados e ferramentas educacionais padronizadas, reforçando seu enquadramento como serviço comum.

Dessa forma, a contratação pretendida encontra-se plenamente alinhada às disposições da Lei nº 14.133/2021, permitindo a adoção de critérios objetivos de julgamento, assegurando competitividade, transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, eficiência, planejamento e boa governança das contratações

7. DEFINIÇÃO DA QUANTIDADE A SER CONTRATADA

A quantidade de 1.000 (mil) vagas para o Cursinho Preparatório Municipal na modalidade online foi definida de forma objetiva pela Administração, a partir de diagnóstico da realidade educacional local, visando assegurar que o investimento público esteja diretamente vinculado à demanda concreta da população e à capacidade de atendimento do modelo digital adotado.

A fixação deste quantitativo decorre do cruzamento de informações da rede de ensino e do contexto socioeducacional do município, estruturando-se sobre dois grupos principais de demanda: (i) estudantes em fluxo regular de conclusão do Ensino Médio e (ii) cidadãos egressos do sistema educacional que ainda não lograram ingresso no ensino superior.

Público em fluxo regular de conclusão do Ensino Médio

O primeiro eixo da definição contempla os estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Médio, identificados por meio de dados do censo escolar estadual. Este público constitui prioridade da política pública, por estar em fase de transição imediata para processos seletivos de acesso ao ensino superior, demandando reforço pedagógico direcionado, sistemático e contínuo.

A modalidade online se apresenta como solução tecnicamente adequada por possibilitar a conciliação da carga horária regular escolar com o cursinho preparatório, ampliando o alcance sem gerar barreiras logísticas ou financeiras aos estudantes.

Público egresso com demanda educacional acumulada

O segundo eixo compreende os cidadãos que já concluíram o Ensino Médio em exercícios anteriores e que, por limitações socioeconômicas, ausência de oferta pública de reforço educacional ou outras barreiras estruturais, não conseguiram acessar o ensino superior, bem como aqueles que buscam nova tentativa de aprovação.

Esse público representa demanda educacional reprimida no município, sendo legítimo e necessário que a política pública contemple essa parcela da população, ampliando oportunidades e promovendo equidade social.

Compatibilidade do quantitativo com o modelo online adotado

A definição de 1.000 vagas mostra-se plenamente compatível com a capacidade operacional do modelo digital, o qual permite atendimento simultâneo em larga escala, com maior eficiência de custo e abrangência territorial.

Entre os principais ganhos institucionais do formato online destacam-se:

- atendimento ampliado sem restrições físicas de espaço;
- acesso igualitário para estudantes de zonas urbanas e rurais;
- racionalização do gasto público mediante uso de plataforma virtual de aprendizagem (AVA);
- maior alcance social da política educacional.

Fundamentação técnica da quantidade definida

Diante do diagnóstico realizado, a Administração fixa a quantidade de 1.000 vagas como quantitativo certo a ser contratado, por refletir a demanda real identificada no município, bem como por se mostrar operacionalmente viável, financeiramente eficiente e socialmente estratégica.

Assim, a quantidade definida não possui caráter meramente estimativo, mas sim planejado e fundamentado, alinhado aos princípios da eficiência, economicidade, interesse público e ampliação do acesso à educação.

8. COMPOSIÇÕES DA SOLUÇÃO PARA ESTA CONTRATAÇÃO

8.1. SELEÇÃO DO ITEM E DESCRIÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

A contratação tem por objeto a disponibilização de plataforma de ensino online destinada à oferta de cursinho pré-vestibular/pré-ENEM municipal, contemplando ambiente virtual de aprendizagem completo, conteúdos pedagógicos estruturados e ferramentas educacionais integradas, capazes de assegurar preparação acadêmica adequada aos estudantes atendidos.

A solução selecionada deverá permitir acesso remoto contínuo, acompanhamento pedagógico, controle de desempenho e interação educacional, atendendo às necessidades do programa educacional municipal.

8.2. SERVIÇOS MÍNIMOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELA PLATAFORMA

A plataforma de ensino online deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes serviços:

Nº	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE ESTIMADA
01	Videoaulas de todas as disciplinas, com acesso disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia	Até 1.000 alunos
02	Apostilas digitais teóricas de todas as disciplinas	Incluso
03	Atividades por assunto, com respostas comentadas	Incluso
04	Atividades online interativas	Incluso
05	Aulas ao vivo com correção de questões	Incluso
06	Correção de redação, no mínimo 01 (uma) por aluno por mês	Incluso
07	Simulados online periódicos	Incluso
08	Chat interativo com orientações, lembretes e suporte educacional	Incluso
09	Relatórios de participação dos alunos	Incluso
10	Relatórios de frequência e desempenho, em formato resumido para usuários e detalhado para a Administração	Incluso

COMPONENTES CURRICULARES (DISCIPLINAS)

A plataforma deverá contemplar, no mínimo, as seguintes disciplinas:

- Redação;
- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Português, Literatura, Língua Estrangeira, Artes, Educação Física);
- Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia, Sociologia);
- Ciências da Natureza (Biologia, Química, Física);
- Matemática e suas Tecnologias.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E PEDAGÓGICAS DA CONTRATAÇÃO

O órgão contratante deverá detalhar no Termo de Referência as especificações técnicas e pedagógicas do serviço, contemplando, no mínimo:

a) Conteúdo Didático

- descrição detalhada do conteúdo programático do curso, alinhado aos editais do ENEM e dos principais vestibulares;
- disponibilização de material didático digital atualizado, com linguagem adequada ao público-alvo;
- possibilidade de atualização periódica dos conteúdos.

b) Plataforma de Ensino Online (EaD)

- requisitos técnicos de acessibilidade, usabilidade, segurança da informação e estabilidade do sistema;
- funcionalidades mínimas, incluindo aulas gravadas e ao vivo, exercícios, simulados, fóruns de interação, relatórios de desempenho e acompanhamento pedagógico;
- conformidade integral com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD quanto ao tratamento de dados pessoais dos usuários.

c) Suporte e Acompanhamento

- definição dos canais de comunicação para suporte técnico e pedagógico (chat, e-mail, plataforma própria ou similares);
- prazos máximos de resposta;
- metodologia de monitoramento de frequência, participação e desempenho dos alunos.

d) Critérios de Sustentabilidade

- priorização do uso de materiais digitais, com redução do consumo de papel;
- incentivo a práticas ambientalmente responsáveis no desenvolvimento e execução do serviço.

8.3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A SELEÇÃO DOS ITENS:

A seleção dos serviços que compõem o objeto da presente contratação foi realizada com base nas necessidades pedagógicas do Cursinho Pré-Vestibular/Pré-ENEM Municipal, considerando as exigências dos principais processos seletivos de ingresso no ensino superior, especialmente o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, bem como as melhores práticas educacionais adotadas em plataformas de ensino digital.

Os itens definidos visam assegurar preparação acadêmica completa e integrada aos estudantes, abrangendo tanto o conteúdo teórico quanto o desenvolvimento de competências práticas, tais como resolução de questões, produção textual, interpretação de textos, raciocínio lógico e acompanhamento contínuo do desempenho.

A inclusão de videoaulas, materiais didáticos digitais, atividades interativas, simulados, correção de redação e ferramentas de acompanhamento pedagógico foi estruturada de forma a reproduzir, no ambiente virtual, metodologia de ensino amplamente reconhecida no mercado educacional, capaz de potencializar o aprendizado e ampliar os índices de desempenho dos alunos.

A definição das disciplinas ofertadas reflete diretamente a matriz de competências exigidas pelo ENEM e pelos vestibulares, garantindo aderência curricular e preparação efetiva dos estudantes para os processos seletivos.

Adicionalmente, foram considerados critérios de acessibilidade, flexibilidade de acesso, possibilidade de monitoramento pela Administração e escalabilidade do serviço, de modo a atender número expressivo de alunos, inclusive residentes em áreas rurais, sem prejuízo da qualidade pedagógica.

Dessa forma, a seleção dos itens mostra-se tecnicamente adequada, pedagogicamente consistente e plenamente alinhada ao interesse público, assegurando que a contratação atenda de forma eficiente aos objetivos educacionais do Município e às necessidades reais dos estudantes beneficiários do programa.

8.4. TRÂMITE DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto ocorrerá de forma planejada e organizada, iniciando-se com a implantação da plataforma de ensino online pela empresa contratada, que deverá disponibilizar o ambiente virtual de aprendizagem plenamente funcional, com todos os conteúdos pedagógicos, disciplinas, ferramentas educacionais e acessos necessários aos usuários indicados pela Secretaria Municipal de Educação.

Após a implantação, a contratada realizará o cadastramento dos estudantes e, quando aplicável, dos gestores e fiscais do contrato, garantindo acesso individualizado, seguro e contínuo à plataforma durante todo o período de vigência do curso.

O fornecimento dos serviços educacionais ocorrerá de forma remota, por meio da disponibilização de videoaulas, materiais didáticos digitais, atividades interativas, simulados, correções de redação e demais recursos pedagógicos previstos, respeitando o cronograma acadêmico estabelecido pela Administração.

A empresa contratada deverá assegurar o funcionamento ininterrupto da plataforma, suporte técnico e pedagógico aos usuários, bem como o acompanhamento do desempenho dos alunos, disponibilizando relatórios periódicos de frequência, participação e resultados acadêmicos à Secretaria Municipal de Educação.

A fiscalização do contrato será exercida por servidor(es) designado(s), que acompanharão a execução dos serviços, verificarão o cumprimento das especificações técnicas e pedagógicas, analisarão os relatórios apresentados e atestarão a conformidade para fins de pagamento.

Eventuais ajustes operacionais, correções técnicas ou adequações pedagógicas deverão ser realizados pela contratada sempre que identificadas necessidades pela Administração, sem prejuízo da continuidade do serviço educacional.

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	RESULTADO ESPERADO
1	Formalização e assinatura do contrato	Administração / Contratada	Contrato vigente e autorizado
2	Implantação técnica da plataforma de ensino online	Contratada	Plataforma ativa e funcional
3	Inserção e organização dos conteúdos pedagógicos	Contratada	Conteúdos disponíveis por disciplina
4	Cadastramento dos alunos e gestores do programa	Contratada / SEMED	Usuários registrados no sistema
5	Liberação de acessos individuais	Contratada	Alunos com login ativo
6	Início das atividades educacionais online	Contratada	Curso em funcionamento
7	Disponibilização contínua de aulas, materiais e simulados	Contratada	Conteúdos acessíveis 24h
8	Prestação de suporte técnico e pedagógico	Contratada	Atendimento aos usuários
9	Monitoramento do desempenho dos alunos	Contratada	Dados educacionais consolidados
10	Emissão de relatórios periódicos	Contratada	Relatórios de frequência e desempenho
11	Acompanhamento e fiscalização da execução	SEMED	Verificação de conformidade
12	Medição dos serviços e autorização de pagamento	SEMED / Setor Financeiro	Pagamento conforme execução
13	Encerramento do período do curso	Administração / Contratada	Conclusão do programa

8.5. ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO E PROCESSO DE INSCRIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Com o objetivo de assegurar ampla participação da população-alvo e garantir isonomia de acesso às vagas do Cursinho Preparatório Municipal na modalidade online, a Administração estruturou estratégia

integrada de divulgação institucional e processo de inscrição digital, contemplando tanto o público escolar quanto o público em geral.

Divulgação direcionada ao público escolar

Para alcançar de forma direta os estudantes em fluxo regular de conclusão do Ensino Médio, será realizada divulgação institucional nas unidades escolares, especialmente nas escolas de Ensino Médio da rede pública, por meio de:

- comunicação direta junto às direções escolares e coordenações pedagógicas;
- repasse de informações em sala de aula e murais institucionais;
- distribuição de materiais informativos.

Essa ação visa atingir o público prioritário do programa, garantindo que os estudantes tenham conhecimento tempestivo da iniciativa e possam se inscrever de forma orientada.

Divulgação ampla ao público em geral

Visando alcançar a população em geral, especialmente os egressos do Ensino Médio e demais interessados, a Administração promoverá campanha de divulgação por múltiplos canais oficiais, incluindo:

- veiculação de vídeos informativos nas redes sociais institucionais da Prefeitura;
- publicações nos canais oficiais de comunicação do Município;
- distribuição de materiais físicos, tais como cartazes e panfletos em locais de grande circulação.

Essa abordagem assegura abrangência territorial e diversidade de meios de acesso à informação, ampliando o alcance social da política pública.

Método de inscrição digital

O processo de inscrição ocorrerá de forma eletrônica, por meio de formulário digital (Google Forms), acessível por link divulgado em todos os materiais de comunicação e canais oficiais.

O modelo digital foi adotado por apresentar as seguintes vantagens:

- facilidade de acesso por dispositivos móveis e computadores;
- agilidade na consolidação dos dados dos inscritos;
- redução de custos administrativos;

- maior transparência e organização das informações;
- possibilidade de controle de vagas e geração de listas classificatórias.

Garantia de acesso, controle e transparência

A sistemática adotada permitirá:

- monitoramento do número de inscritos em tempo real;
- organização de banco de dados para acompanhamento pedagógico;
- priorização de públicos conforme critérios definidos no regulamento do programa (quando aplicável);
- publicidade das etapas do processo, garantindo isonomia e clareza à população.

8.6. ANÁLISE DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

A análise do ciclo de vida do objeto considerou todas as etapas envolvidas na disponibilização e utilização da plataforma de ensino online para o cursinho pré-vestibular/pré-ENEM municipal, abrangendo desde sua implantação inicial, execução pedagógica, suporte operacional, até o encerramento do período do curso.

Na fase de implantação, contempla-se a ativação da plataforma, inserção dos conteúdos educacionais, configuração técnica do ambiente virtual e cadastramento dos usuários, assegurando que o sistema esteja plenamente funcional para início das atividades.

Durante a fase de execução, o objeto envolve o acesso contínuo dos estudantes às videoaulas, materiais digitais, atividades interativas, simulados, correções de redação e ferramentas de acompanhamento pedagógico, bem como a prestação de suporte técnico e educacional, garantindo estabilidade da plataforma e qualidade do ensino ofertado.

Ao longo do ciclo de uso, são considerados os custos operacionais, a atualização de conteúdos, a manutenção tecnológica, o monitoramento de desempenho dos alunos e a geração de relatórios gerenciais, permitindo à Administração avaliar resultados educacionais e a efetividade da política pública implementada.

Na fase de encerramento, contempla-se a conclusão do curso, a consolidação dos dados de desempenho, a avaliação final da execução contratual e o desligamento dos acessos, sem geração de passivos tecnológicos, físicos ou ambientais.

Destaca-se que, por se tratar de solução predominantemente digital, o objeto apresenta ciclo de vida sustentável, com baixo impacto ambiental, redução do consumo de materiais físicos e maior eficiência no uso de recursos públicos, alinhando-se às boas práticas de sustentabilidade e modernização da gestão pública.

Assim, a análise do ciclo de vida demonstra que a contratação é tecnicamente viável, economicamente racional, ambientalmente responsável e adequada à finalidade educacional pretendida, assegurando benefícios contínuos durante todo o período de execução do programa municipal

8.7. RECOMENDAÇÕES QUANTO À UTILIZAÇÃO DOS ITENS CONTRATADOS

A utilização da plataforma de ensino online contratada deverá observar planejamento pedagógico, acompanhamento contínuo e adequada gestão administrativa, de modo a assegurar o pleno aproveitamento dos recursos disponibilizados e o alcance dos objetivos educacionais do Cursinho Pré-Vestibular/Pré-ENEM Municipal.

Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Educação organize cronograma acadêmico com definição de períodos de estudo, datas de simulados, prazos de correção de redações e momentos de avaliação de desempenho, orientando os estudantes quanto à rotina de acesso à plataforma e às metas de aprendizagem.

Deverá ser promovido o acompanhamento sistemático da participação dos alunos, com análise periódica dos relatórios de frequência, engajamento e desempenho fornecidos pela plataforma, permitindo intervenções pedagógicas sempre que identificadas dificuldades de aprendizagem ou baixa participação.

Orienta-se, ainda, a realização de ações de incentivo ao uso contínuo da plataforma, tais como reuniões virtuais de orientação, campanhas de engajamento estudantil e acompanhamento individualizado dos alunos com maior risco de evasão.

Quanto aos aspectos administrativos, recomenda-se o controle rigoroso dos acessos, a validação periódica dos usuários ativos e o monitoramento da qualidade do serviço prestado pela contratada, assegurando conformidade com as especificações técnicas e pedagógicas previstas no contrato.

Por fim, sugere-se a realização de avaliação final do programa ao término do período do curso, com análise dos resultados educacionais alcançados, taxas de participação, desempenho em simulados e índices de aprovação, como forma de subsidiar melhorias futuras e o aperfeiçoamento contínuo da política pública educacional municipal

8.8. ATENÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO CURSINHO

A efetividade da contratação da plataforma de ensino online depende diretamente do comprometimento e da participação ativa dos estudantes beneficiários do Cursinho Pré-Vestibular/Pré-ENEM Municipal, razão pela qual recomenda-se a adoção de ações permanentes de orientação e conscientização quanto à importância do uso responsável, contínuo e dedicado da ferramenta educacional disponibilizada.

A Secretaria Municipal de Educação deverá promover, no início do programa e ao longo de sua execução, momentos de sensibilização dos alunos, esclarecendo os objetivos do cursinho, as oportunidades proporcionadas pelo acesso ao ensino superior, a relevância do ENEM e dos vestibulares para a formação acadêmica e profissional, bem como as responsabilidades individuais no aproveitamento da plataforma.

Deverão ser reforçadas orientações quanto à regularidade de acesso às aulas, cumprimento das atividades propostas, participação nos simulados, produção das redações e acompanhamento do próprio desempenho acadêmico, estimulando hábitos de estudo, disciplina e organização do tempo.

Recomenda-se, ainda, a divulgação de boas práticas de uso da plataforma, a valorização dos estudantes com maior engajamento e desempenho e o acompanhamento próximo daqueles que apresentarem baixa participação, buscando prevenir evasão e maximizar os resultados educacionais.

Essas ações de conscientização contribuem para a correta aplicação dos recursos públicos investidos, ampliam a efetividade da política pública educacional e fortalecem a formação acadêmica dos jovens beneficiários do programa municipal.

8.9. DISPENSA DE NORMAS TÉCNICAS E CERTIFICAÇÕES DOS ITENS

Considerando a natureza do objeto da presente contratação, consistente no fornecimento de plataforma de ensino online para oferta de cursinho pré-vestibular/pré-ENEM municipal, verifica-se que não há exigência legal ou técnica específica de normas padronizadas, certificações formais ou selos técnicos obrigatórios aplicáveis à prestação desse tipo de serviço educacional digital.

Os serviços contratados baseiam-se em soluções tecnológicas amplamente difundidas no mercado educacional, cujos padrões de qualidade, desempenho e funcionalidade podem ser adequadamente definidos por meio de especificações objetivas no Termo de Referência, tais como estabilidade da plataforma, acessibilidade, conteúdo pedagógico, ferramentas de acompanhamento, suporte técnico e conformidade com a legislação de proteção de dados.

Ressalta-se que a exigência de certificações técnicas específicas poderia restringir indevidamente a competitividade do certame, sem acréscimo proporcional de garantia de qualidade, em afronta aos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a Administração opta pela dispensa de normas técnicas e certificações formais, assegurando, contudo, a qualidade da contratação por meio de requisitos técnicos claros, critérios objetivos de avaliação e fiscalização contínua da execução contratual.

8.10. DAS DECLARAÇÕES TÉCNICAS OBRIGATÓRIAS DA CONTRATADA

Para fins de habilitação técnica e garantia da adequada execução do objeto, a empresa contratada deverá apresentar, no mínimo, as seguintes declarações:

a) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE TÉCNICA DA PLATAFORMA, atestando que o ambiente virtual atende integralmente às especificações do Termo de Referência, encontra-se em pleno funcionamento e possui capacidade operacional para atender o quantitativo estimado de usuários;

b) DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO PEDAGÓGICO, assegurando que os conteúdos ofertados estão alinhados ao ENEM e aos principais vestibulares, contemplando todas as disciplinas exigidas;

c) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD, garantindo o tratamento adequado, seguro e legal dos dados pessoais dos estudantes e usuários da plataforma;

d) DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL, comprovando que a empresa possui estrutura tecnológica, equipe de suporte e condições de execução compatíveis com o objeto contratado;

e) DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E CONTINUIDADE DO SERVIÇO, assegurando acesso contínuo à plataforma durante o período do curso, bem como suporte técnico adequado aos usuários.

Os modelos de declarações integram o presente Estudo Técnico Preliminar na forma de **APÊNDICE**, com a finalidade de padronizar as exigências documentais a serem solicitadas no procedimento de contratação, servindo como referência para a elaboração do instrumento convocatório e para a verificação do atendimento às condições de execução do objeto, nos termos da legislação vigente.

9. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

A definição da modalidade de contratação considerou os princípios da economicidade, eficiência, eficácia, competitividade, padronização e transparência, bem como as práticas adotadas pelo mercado educacional e por outros órgãos e entidades da Administração Pública em contratações de soluções tecnológicas educacionais de objeto similar.

O objeto em questão — fornecimento de plataforma de ensino online para oferta de cursinho pré-vestibular/pré-ENEM municipal — possui ampla oferta no mercado, sendo disponibilizado por diversas empresas especializadas em tecnologia educacional, o que demonstra tratar-se de serviço comum, padronizável e amplamente acessível, não configurando demanda singular, exclusiva ou de alta complexidade técnica.

Ademais, a natureza do serviço permite comparação objetiva entre propostas, considerando critérios claros como número de usuários atendidos, funcionalidades da plataforma, conteúdo pedagógico ofertado, suporte técnico, estabilidade do sistema e condições de acesso, viabilizando disputa por melhor preço e qualidade.

Nesse contexto, foram analisadas as seguintes alternativas de solução:

Solução 01 – Contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO

Análise:

Embora a dispensa de licitação possa representar maior celeridade em contratações pontuais, não se mostra adequada para a presente demanda, considerando o período de execução do programa educacional, o quantitativo expressivo de estudantes atendidos e o valor global estimado da contratação.

A adoção recorrente de contratação direta poderia caracterizar fracionamento indevido da despesa, além de reduzir a competitividade e limitar a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública.

Dessa forma, a solução não se revela juridicamente segura nem economicamente eficiente para atendimento da política pública educacional pretendida.

Solução 02 – Realização de licitação própria, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO

Análise:

A realização de Pregão Eletrônico apresenta-se como a alternativa mais adequada e vantajosa para a contratação da plataforma de ensino online, por se tratar de serviço comum, com critérios objetivos de julgamento e ampla competitividade no mercado.

O pregão eletrônico possibilita:

- participação ampliada de empresas especializadas em soluções educacionais digitais;
- disputa por lances sucessivos, favorecendo a obtenção de melhores preços;
- maior transparência por meio de sistema eletrônico;
- definição clara das funcionalidades e requisitos técnicos da plataforma;
- contratação alinhada às necessidades pedagógicas da Administração.

Além disso, a contratação por valor global ou por período de acesso mostra-se plenamente compatível com a natureza do serviço, permitindo controle orçamentário e acompanhamento eficiente da execução contratual.

Diante desses fatores, o pregão eletrônico atende integralmente aos requisitos legais, administrativos e operacionais da contratação.

Solução 03 – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de outros órgãos públicos

Análise:

A adesão a atas de registro de preços de outros entes públicos, embora juridicamente possível, não se apresenta como a solução mais vantajosa para o presente caso, uma vez que tais atas são estruturadas com base em realidades educacionais, quantitativos de alunos, prazos e especificações próprias dos órgãos gerenciadores.

Há risco de incompatibilidade entre os conteúdos ofertados, funcionalidades da plataforma e as necessidades pedagógicas específicas do Município, além de eventual desatualização de valores frente ao mercado educacional digital.

Assim, a adesão não se revela a alternativa mais adequada sob a ótica do planejamento, da aderência pedagógica e do interesse público.

9.1. CONCLUSÃO QUANTO À MODALIDADE

Diante das análises realizadas, conclui-se que a realização de licitação própria, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, constitui a alternativa que melhor atende aos princípios da legalidade, competitividade, economicidade, eficiência, planejamento e transparência, assegurando a contratação de plataforma de ensino online de forma objetiva, segura e alinhada às necessidades educacionais do Município

9.2. ISENÇÃO / NÃO ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

A presente contratação não adotará o Sistema de Registro de Preços – SRP, uma vez que o objeto consiste no fornecimento de plataforma de ensino online para oferta de cursinho pré-vestibular/pré-ENEM municipal, com período de execução previamente definido, quantitativo estimado de alunos determinado e escopo pedagógico específico.

O SRP mostra-se mais adequado para contratações de bens e serviços de uso frequente, com demandas incertas, parceladas e repetitivas ao longo do exercício, o que não se aplica ao presente objeto, cuja execução ocorre de forma concentrada, planejada e vinculada à programa educacional com cronograma estabelecido.

No caso em análise, a contratação possui início, meio e fim claramente delimitados, com previsão de duração do curso, número aproximado de beneficiários e conjunto fechado de serviços educacionais a serem prestados, o que recomenda a formalização de contrato direto, com acompanhamento integral da execução.

Adicionalmente, a adoção do SRP poderia gerar complexidade desnecessária à gestão contratual, sem ganhos relevantes de economicidade ou eficiência, considerando que não há perspectiva de aquisições sucessivas ou contratações sob demanda ao longo do período de vigência.

Dessa forma, a não utilização do Sistema de Registro de Preços revela-se juridicamente adequada, tecnicamente justificada e alinhada ao planejamento da Administração Pública, assegurando maior controle da execução, previsibilidade orçamentária e efetividade da política pública educacional.

9.3. VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do contrato deverá ser estabelecida em prazo compatível com o período de execução do Cursinho Pré-Vestibular/Pré-ENEM Municipal, abrangendo as etapas de implantação da plataforma, disponibilização dos conteúdos educacionais, acompanhamento pedagógico, suporte técnico e conclusão das atividades previstas.

Considerando o cronograma do programa educacional e a necessidade de garantir a plena execução do objeto, recomenda-se a fixação de vigência contratual de até 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, permitindo o adequado planejamento, controle da execução e avaliação dos resultados.

Ressalta-se que o prazo contratual não caracteriza a prestação de serviço continuado, uma vez que o objeto possui duração determinada, finalidade educacional específica e execução vinculada à período previamente definido, tratando-se de serviço não continuado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A vigência poderá ser ajustada conforme a necessidade administrativa e o cronograma do curso, observadas as disposições legais aplicáveis e a conveniência da Administração Pública.

9.4. FORMA ELETRÔNICA

A adoção da forma eletrônica para a realização do certame encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, que estabelece como regra geral a utilização de meios digitais nos procedimentos licitatórios, ressalvadas as hipóteses devidamente justificadas de inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração. No presente caso, a escolha da modalidade eletrônica justifica-se por representar a alternativa mais eficiente, moderna e segura para condução do processo licitatório, assegurando:

- ✓ **Maior publicidade e transparência**, por meio da ampla divulgação em plataformas oficiais e sistemas informatizados de compras públicas;
- ✓ **Ampliação da competitividade**, ao permitir a participação de fornecedores de diferentes regiões, sem limitações geográficas;
- ✓ **Redução de custos operacionais**, tanto para a Administração quanto para os licitantes, eliminando despesas com deslocamento, impressões e trâmites físicos;
- ✓ **Celeridade processual**, com etapas automatizadas e maior controle dos prazos e atos praticados;
- ✓ **Rastreabilidade e segurança jurídica**, por meio do registro digital de todas as fases do procedimento, facilitando a fiscalização e o controle pelos órgãos competentes.

Dessa forma, a escolha da modalidade Pregão Eletrônico apresenta-se como a alternativa legal, técnica e economicamente mais vantajosa, conferindo segurança jurídica, planejamento logístico e eficiência na execução das políticas públicas de saúde bucal no âmbito municipal.

9.5. TIPO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

Adota-se como critério de julgamento o menor preço por item, considerando que o objeto da presente contratação consiste em item único, correspondente ao fornecimento de plataforma de ensino online para oferta de cursinho pré-vestibular/pré-ENEM municipal, cujas especificações técnicas e pedagógicas encontram-se objetivamente definidas no Termo de Referência.

Embora o objeto envolva múltiplos serviços educacionais integrados (plataforma tecnológica, conteúdos pedagógicos, ferramentas interativas, suporte técnico e acompanhamento acadêmico), estes compõem um único item contratual, plenamente delimitado e padronizável, permitindo comparação direta, objetiva e isonômica entre as propostas apresentadas pelos licitantes.

A adoção do critério de menor preço por item mostra-se mais vantajosa à Administração Pública porque:

- ✓ assegura julgamento simples, transparente e objetivo, com base em valor único global por solução educacional ofertada;
- ✓ amplia a competitividade entre empresas especializadas em plataformas educacionais digitais;
- ✓ favorece a obtenção de proposta mais vantajosa economicamente, sem prejuízo da qualidade mínima exigida;
- ✓ evita fragmentação do objeto, mantendo responsabilidade integral da contratada pela execução do serviço;
- ✓ garante aderência às especificações técnicas previamente definidas no Termo de Referência.

O critério adotado observa os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021, revelando-se plenamente compatível com a natureza do objeto contratado.

Diante do exposto, o julgamento pelo menor preço por item atende ao interesse público e constitui a forma mais adequada para a presente contratação.

10. ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS

A pesquisa de preços realizada tem como objetivo atender às exigências da Instrução Normativa do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão nº 65, de 07 de julho de 2021, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. Esta pesquisa embasa a aquisição de bens necessários ao pleno funcionamento da Administração Pública, garantindo a transparência e a economicidade na utilização dos recursos.

Equipe Responsável pela Pesquisa: Representado pelo Sr. Dieizom Rilbisom Moreira de Almeida (responsável pela pesquisa de preços), Matrícula nº06509417, Fone: (91) 99275-1122, esse servidor foi designado devido sua expertise na área de cotação de preço, o que contribuiu para a avaliação adequada das informações coletadas e para a seleção das fontes mais relevantes na pesquisa.

METODOLOGIA DE PESQUISA: Adotamos uma metodologia criteriosa para a pesquisa de preços, que consistiu na aplicação do parâmetro previsto no art. 5º da Instrução Normativa citada acima, que tem como base contratações similares feitas pela Administração Pública, a fim de obter informações abrangentes e representativas.

Levando em consideração a Instrução Normativa citada, que estabelece diretrizes específicas para aquisições no âmbito público, sendo utilizado como instrumento para a pesquisa o sistema CGSM TECNOLOGIA LTDA (<https://www.cgsmtecnologia.com.br>) o qual conta com uma base de dados com milhões de preços de todos os tipos de objetos e serviços. Além de preços de licitações, é possível consultar preços de tabelas de referência, preços de sites de domínio amplo, preços de notas fiscais eletrônicas e de cotações diretas com fornecedores, proporcionando assim a formação de uma ampla cesta de preços diversificada e atendendo as orientações do TCU e demais normas vigentes, proporcionar segurança e celeridade nas cotações de preços públicos.

Valores Praticados em Licitações Anteriores por este órgão público: para este processo fizemos comparações com valores já praticados em processos semelhantes a este, Como referência, identificou-se a Dispensa de Licitação nº 7-2025-0407001, realizado por este órgão público, cujos objetos e especificações apresentam similaridade com o item ora pretendidos, porém com quantidade inferior.

Valores Praticados em Licitações Anteriores de outros órgãos públicos: Usamos como parâmetro, valores praticados em licitações realizadas por outros órgãos para o mesmo objeto em questão.

- 1º: CGSM TERNOLOGIA LTDA, <https://www.cgsmtecnologia.com.br>, pesquisa realizada em 26/12/2025 a 15/01/2026.

COTAÇÃO DIRETA COM FORNECEDORES

A pesquisa direta com fornecedores, conforme previsto no Inciso IV do artigo 5º da IN nº 65/2021, foi realizada considerando a logística para chegar no município de Tomé-Açu/PA, assim, optou-se pela obtenção de cotação direta com fornecedores, o que garantiu maior precisão nas estimativas, o Setor de Cotação deu início à pesquisa com o intuito de evitar possíveis distorções, disparidades de preços ou valores inexequíveis, o objetivo foi aproximar-se fielmente da realidade do município, adotando para isso, a consulta formal aos fornecedores, conforme previsto na IN SLTI/MPOG nº 65/2021. a pesquisa foi realizada diretamente com quatro empresas, porém apenas uma empresa respondeu à nossa pesquisa, **Método Sistema de Ensino Ltda**,

CNPJ: 50.272.836/0001-13, a mesma já possui histórico de participação em processos anteriores junto a este município, demonstrando familiaridade com suas particularidades e exigências específicas.

✓ Empresas que solicitamos cotação e responderam via e-mail.

- **Método Sistema de Ensino Ltda, CNPJ: 50.272.836/0001-13**, End.: Rua Buenos Aires, 520, Batel – Curitiba – PR, Fone: (41) 99815-1515.

METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA PREÇO ESTIMADO

Método Matemático Aplicado: Neste processo, de acordo com o Art. 6º da Instrução Normativa Nº 65/2021, utilizamos o método da média aritmética para calcular o preço estimado por item. Isso foi aplicado a um conjunto de no mínimo 03 preços, garantindo robustez à estimativa e considerando uma variabilidade representativa das informações.

JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DE MÉDIA ARITMÉTICA

A escolha da média aritmética como método estatístico de referência para a pesquisa de preços na presente licitação é justificada pela análise da distribuição homogênea dos preços coletados, que apresentaram um coeficiente de variação aceitável, essa condição indica que os dados estão equilibradamente distribuídos, permitindo que a média reflita de maneira precisa a tendência central dos preços dos itens licitados.

Observação: A decisão de empregar a média aritmética como referência para a pesquisa de preços nesta licitação baseou-se em uma análise detalhada da variação dos valores, conforme apresentado no mapa comparativo de preços anexo, um método de avaliação foi utilizado para excluir valores inviáveis e excessivamente altos, essa estratégia seguiu critérios rigorosos de variação, estabelecendo um limite de 25% de coeficiente de variação para justificar a utilização da média aritmética.

A seguir, apresentaremos as razões que sustentam essa escolha.

- Igual ou inferior 25% - Dados dentro da média aritmética e baixa dispersão
- Acima de 25% - Dados heterogêneos, com alta dispersão.

Além disso, a utilização da média é respaldada pelos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), que enfatizam a importância de métodos estatísticos que garantam a integridade e a justiça nas contratações públicas.

A média aritmética, neste caso, não apenas atende aos requisitos legais, mas também assegura que as decisões tomadas estejam alinhadas com os princípios da economicidade e da competitividade.

De acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, é fundamental que os processos licitatórios sejam pautados pela transparência e pela eficiência na utilização dos recursos públicos, a média aritmética, ao considerar todos os valores coletados,

proporciona uma visão abrangente e representativa do cenário de preços, sendo especialmente adequada em contextos onde não há a presença de outliers que possam distorcer a análise.

A avaliação de cada item é fundamentada na ideia de que cada componente de uma licitação apresenta características únicas, como a competitividade do mercado, diferenças de qualidade, oferta, demanda e outros aspectos.

Assim, a escolha entre usar a média aritmética ou a mediana foi adaptada de acordo com as especificidades de cada item, assegurando um valor de referência mais justo e exato.

Portanto, a adoção da média aritmética como referência para a pesquisa de preços é uma escolha fundamentada em uma análise estatística rigorosa, que considera a distribuição equilibrada dos dados e o coeficiente de variação aceitável, promovendo um processo licitatório mais competitivo e eficiente, em conformidade com as normativas vigentes, reforçando o compromisso com a transparência e a justiça no processo de aquisição de bens e serviços para a administração pública.

VALORES DE REFERÊNCIA ENCONTRADOS

Com base na pesquisa realizada e nas metodologias aplicadas, foram obtidos os valores de referência estimados para os itens em questão, ressaltamos que esses valores representam uma referência para a contratação e não devem ser interpretados como valores máximos aceitáveis.

A Administração Pública busca sempre a obtenção do melhor custo-benefício, pautado na transparência e no respeito aos princípios da legalidade e eficiência.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Após pesquisa de preço, foi constatado que o valor estimado para a futura aquisição é de **R\$ 689.500,00 (SEISCENTOS E OITENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS REAIS.)**.

As comprovações das pesquisas de preços que resultaram nos valores unitários referenciais estimados de cada item se encontram inseridas nos autos do processo, junto ao mapa de preço e relatório onde constam mais detalhes.

Os comprovantes das pesquisas de preços coletadas integram este processo como documento anexo, em formato PDF e no QR CODE abaixo.

CONCLUSÃO

A escolha da média foi embasada em análises estatísticas, visando garantir estimativas confiáveis e alinhadas às variações dos preços coletados.



Reiteramos nosso compromisso em conduzir as aquisições de forma transparente, eficiente e fundamentada em práticas sólidas, visando o melhor interesse da Administração Pública e o uso responsável dos recursos.

Declaramos que foi feita análise crítica dos preços coletados. Assim, buscou-se, dentro do conhecimento do material/serviço a ser adquirido/contratado, estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado.

11. PESQUISA MERCADOLÓGICA – CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO FORNECEDOR

Com o objetivo de verificar a viabilidade da contratação e evidenciar a existência de mercado apto a atender o objeto desta licitação, foi realizada pesquisa de mercado junto a empresas e plataformas especializadas em soluções educacionais digitais e oferta de cursos por meio de ambiente virtual de aprendizagem.

A pesquisa permitiu identificar que há ampla disponibilidade de fornecedores que atuam no segmento de plataformas de ensino online, oferecendo serviços compatíveis com as especificações técnicas e pedagógicas definidas para o cursinho pré-vestibular/pré-ENEM municipal, o que caracteriza ambiente concorrencial adequado, com diversidade de soluções, tecnologias e modelos de prestação do serviço.

Os levantamentos realizados demonstram que o objeto pretendido é amplamente ofertado no mercado, não se tratando de solução singular ou de difícil acesso comercial, viabilizando a realização de procedimento licitatório competitivo, com julgamento objetivo das propostas e potencial obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública.

Dessa forma, a pesquisa de mercado realizada cumpre sua finalidade de subsidiar o planejamento da contratação, confirmar a exequibilidade do objeto e assegurar que a Administração dispõe de alternativas viáveis para atendimento da demanda educacional pretendida.

✓ SIE EDTECH

Resumo do serviço: Plataforma EAD voltada à criação de cursos online com gestão de usuários, relatórios e certificação. Oferece ambiente para disponibilização de conteúdos e controle pedagógico.

Site: <https://www.sieedtech.com.br>



Mais de 6 milhões de pessoas já foram treinadas por nossa plataforma

Milhares de empresas já se beneficiaram das nossas soluções em educação corporativa e gestão de cursos online

✓ LAUNCHLMS

Resumo do serviço: Plataforma LMS personalizada (white label), permitindo criar um ambiente de aprendizagem adaptado à identidade da instituição, com cursos, módulos, relatórios e controle de usuários.

Site: <https://launchlms.com.br>



✓ EAD PLATAFORMA

Resumo do serviço: Solução de plataforma EAD para hospedar, gerenciar e oferecer cursos online, com dashboard de desempenho, aulas ao vivo, provas e suporte.

Site: <https://eadplataforma.com/>



The screenshot shows the homepage of the EAD Plataforma website. At the top, there is a navigation bar with links: Sobre, Para Infoprodutores, Para Empresas, Planos, and Parcerias. A prominent purple button labeled "Solicitar demonstração gratuita" is on the right. The main heading reads "Hospede, gerencie e venda seus cursos ou treine sua equipe com autonomia total". Below this, a subheading states "Uma plataforma EAD para infoprodutores e empresas que levam o ensino a sério." A list of features includes: Dashboard completo para medir desempenho, Aulas ao vivo, provas e certificados automatizados, Suporte humano em todas as etapas, and Liberdade para ensinar com a sua identidade. To the right, a woman is shown smiling while looking at her smartphone. Three callout boxes highlight key features: "Transferência de propriedade para o usuário", "Transferência recorrente para cursos", and "Transferência recorrente para cursos". A purple button at the bottom left says "Solicitar demonstração gratuita".

✓ EAD SIMPLES

Resumo do serviço: Plataforma EAD completa e customizável para instituições e empresas, permitindo criação e gestão de cursos online com relatórios e administração do ambiente.

Site: <https://www.eadsimples.com.br/>



The screenshot shows the homepage of the EAD Simples website. The top navigation bar includes links: RECURSOS, CLIENTES, PLANOS & PREÇOS, VÍDEOS, BLOG, SUPORTE, and COMEÇAR GRÁTIS. The main heading is "PLATAFORMA EAD COMPLETA PARA ENSINO ONLINE CUSTOMIZÁVEL COM SUA MARCA E IDENTIDADE VISUAL!". Below this, a large orange button says "VER A PLATAFORMA EM USO (1)". Further down, the text reads "PLATAFORMA EAD PRONTA PARA TODOS OS PROPÓSITOS! Escolha Abaixo O Seu E Confira:". At the bottom, there are four video thumbnails showing different users. A small white button in the bottom right corner says "Quer ver uma".

✓ EADBOX

Resumo do serviço: Plataforma de EAD que oferece criação, gestão e oferta de cursos online, com capacidade de personalização, emissão de certificados e integração com sistemas de pagamento e administração de usuários.

Site: <https://www.eadbox.com/>



Panoramas RD Station 2026. O questionário da maior pesquisa de Marketing e Vendas está aberto [Responda agora >](#)

RD Station Produtos Planos Parceiros [Conheça o RD Station Marketing](#)

Marketing Vendas Ecommerce Conversacional Guias Completos Trilhas Recursos Gratuitos Cursos

[O Portal de Marketing e Vendas da RD Station](#)

Conheça as 10 melhores plataformas EAD para disponibilizar cursos online

Com a consolidação do ensino à distância, as plataformas EAD encurtam a distância entre os criadores de cursos e as pessoas que desejam aprender.

 Twygo
15 de outubro de 2024

Facebook, X, LinkedIn, WhatsApp icons

✓ KWIGA (PLATAFORMA DE CURSOS ONLINE)

Resumo do serviço: Plataforma global para criação e gestão de cursos online com ferramentas de engajamento, avaliações, relatórios e e-commerce para conteúdos educacionais.

Site: <https://www.kwiga.net>



SOURCEFORGE Para Fornecedores Adicionar um produto Joinar Conecte-se

Software empresarial Software de código aberto **Público** The best way to build AI apps. [See how](#) Procure por software do site

Curra > Compare software empresarial / Educação / Plataformas de cursos online / Brasil

Melhores plataformas de cursos online no Brasil

Procurar Visualizar Código aberto Comercial

Limpar todos os filtros

Funcionalidades das plataformas de cursos online

- Relatórios/Análises (30) ☐
- Diferentes opções de pagamento (27) ☐
- Gestão de Assinaturas (27) ☐
- Suporta uploads de vídeo (26) ☐
- Mais... ☐

Implantação

- Núvem (143) ☐

Compare as principais plataformas de cursos online no Brasil em fevereiro de 2026. Ordenar por: [1](#) [2](#) [3](#) [4](#) [5](#) [6](#) [7](#) [8](#) [9](#) [10](#) [11](#) [12](#) [13](#) [14](#) [15](#) [16](#) [17](#) [18](#) [19](#) [20](#) [21](#) [22](#) [23](#) [24](#) [25](#) [26](#) [27](#) [28](#) [29](#) [30](#) [31](#) [32](#) [33](#) [34](#) [35](#) [36](#) [37](#) [38](#) [39](#) [40](#) [41](#) [42](#) [43](#) [44](#) [45](#) [46](#) [47](#) [48](#) [49](#) [50](#) [51](#) [52](#) [53](#) [54](#) [55](#) [56](#) [57](#) [58](#) [59](#) [60](#) [61](#) [62](#) [63](#) [64](#) [65](#) [66](#) [67](#) [68](#) [69](#) [70](#) [71](#) [72](#) [73](#) [74](#) [75](#) [76](#) [77](#) [78](#) [79](#) [80](#) [81](#) [82](#) [83](#) [84](#) [85](#) [86](#) [87](#) [88](#) [89](#) [90](#) [91](#) [92](#) [93](#) [94](#) [95](#) [96](#) [97](#) [98](#) [99](#) [100](#) [101](#) [102](#) [103](#) [104](#) [105](#) [106](#) [107](#) [108](#) [109](#) [110](#) [111](#) [112](#) [113](#) [114](#) [115](#) [116](#) [117](#) [118](#) [119](#) [120](#) [121](#) [122](#) [123](#) [124](#) [125](#) [126](#) [127](#) [128](#) [129](#) [130](#) [131](#) [132](#) [133](#) [134](#) [135](#) [136](#) [137](#) [138](#) [139](#) [140](#) [141](#) [142](#) [143](#) [144](#) [145](#) [146](#) [147](#) [148](#) [149](#) [150](#) [151](#) [152](#) [153](#) [154](#) [155](#) [156](#) [157](#) [158](#) [159](#) [160](#) [161](#) [162](#) [163](#) [164](#) [165](#) [166](#) [167](#) [168](#) [169](#) [170](#) [171](#) [172](#) [173](#) [174](#) [175](#) [176](#) [177](#) [178](#) [179](#) [180](#) [181](#) [182](#) [183](#) [184](#) [185](#) [186](#) [187](#) [188](#) [189](#) [190](#) [191](#) [192](#) [193](#) [194](#) [195](#) [196](#) [197](#) [198](#) [199](#) [200](#) [201](#) [202](#) [203](#) [204](#) [205](#) [206](#) [207](#) [208](#) [209](#) [210](#) [211](#) [212](#) [213](#) [214](#) [215](#) [216](#) [217](#) [218](#) [219](#) [220](#) [221](#) [222](#) [223](#) [224](#) [225](#) [226](#) [227](#) [228](#) [229](#) [230](#) [231](#) [232](#) [233](#) [234](#) [235](#) [236](#) [237](#) [238](#) [239](#) [240](#) [241](#) [242](#) [243](#) [244](#) [245](#) [246](#) [247](#) [248](#) [249](#) [250](#) [251](#) [252](#) [253](#) [254](#) [255](#) [256](#) [257](#) [258](#) [259](#) [260](#) [261](#) [262](#) [263](#) [264](#) [265](#) [266](#) [267](#) [268](#) [269](#) [270](#) [271](#) [272](#) [273](#) [274](#) [275](#) [276](#) [277](#) [278](#) [279](#) [280](#) [281](#) [282](#) [283](#) [284](#) [285](#) [286](#) [287](#) [288](#) [289](#) [290](#) [291](#) [292](#) [293](#) [294](#) [295](#) [296](#) [297](#) [298](#) [299](#) [300](#) [301](#) [302](#) [303](#) [304](#) [305](#) [306](#) [307](#) [308](#) [309](#) [310](#) [311](#) [312](#) [313](#) [314](#) [315](#) [316](#) [317](#) [318](#) [319](#) [320](#) [321](#) [322](#) [323](#) [324](#) [325](#) [326](#) [327](#) [328](#) [329](#) [330](#) [331](#) [332](#) [333](#) [334](#) [335](#) [336](#) [337](#) [338](#) [339](#) [340](#) [341](#) [342](#) [343](#) [344](#) [345](#) [346](#) [347](#) [348](#) [349](#) [350](#) [351](#) [352](#) [353](#) [354](#) [355](#) [356](#) [357](#) [358](#) [359](#) [360](#) [361](#) [362](#) [363](#) [364](#) [365](#) [366](#) [367](#) [368](#) [369](#) [370](#) [371](#) [372](#) [373](#) [374](#) [375](#) [376](#) [377](#) [378](#) [379](#) [380](#) [381](#) [382](#) [383](#) [384](#) [385](#) [386](#) [387](#) [388](#) [389](#) [390](#) [391](#) [392](#) [393](#) [394](#) [395](#) [396](#) [397](#) [398](#) [399](#) [400](#) [401](#) [402](#) [403](#) [404](#) [405](#) [406](#) [407](#) [408](#) [409](#) [410](#) [411](#) [412](#) [413](#) [414](#) [415](#) [416](#) [417](#) [418](#) [419](#) [420](#) [421](#) [422](#) [423](#) [424](#) [425](#) [426](#) [427](#) [428](#) [429](#) [430](#) [431](#) [432](#) [433](#) [434](#) [435](#) [436](#) [437](#) [438](#) [439](#) [440](#) [441](#) [442](#) [443](#) [444](#) [445](#) [446](#) [447](#) [448](#) [449](#) [450](#) [451](#) [452](#) [453](#) [454](#) [455](#) [456](#) [457](#) [458](#) [459](#) [460](#) [461](#) [462](#) [463](#) [464](#) [465](#) [466](#) [467](#) [468](#) [469](#) [470](#) [471](#) [472](#) [473](#) [474](#) [475](#) [476](#) [477](#) [478](#) [479](#) [480](#) [481](#) [482](#) [483](#) [484](#) [485](#) [486](#) [487](#) [488](#) [489](#) [490](#) [491](#) [492](#) [493](#) [494](#) [495](#) [496](#) [497](#) [498](#) [499](#) [500](#) [501](#) [502](#) [503](#) [504](#) [505](#) [506](#) [507](#) [508](#) [509](#) [510](#) [511](#) [512](#) [513](#) [514](#) [515](#) [516](#) [517](#) [518](#) [519](#) [520](#) [521](#) [522](#) [523](#) [524](#) [525](#) [526](#) [527](#) [528](#) [529](#) [530](#) [531](#) [532](#) [533](#) [534](#) [535](#) [536](#) [537](#) [538](#) [539](#) [540](#) [541](#) [542](#) [543](#) [544](#) [545](#) [546](#) [547](#) [548](#) [549](#) [550](#) [551](#) [552](#) [553](#) [554](#) [555](#) [556](#) [557](#) [558](#) [559](#) [560](#) [561](#) [562](#) [563](#) [564](#) [565](#) [566](#) [567](#) [568](#) [569](#) [570](#) [571](#) [572](#) [573](#) [574](#) [575](#) [576](#) [577](#) [578](#) [579](#) [580](#) [581](#) [582](#) [583](#) [584](#) [585](#) [586](#) [587](#) [588](#) [589](#) [590](#) [591](#) [592](#) [593](#) [594](#) [595](#) [596](#) [597](#) [598](#) [599](#) [600](#) [601](#) [602](#) [603](#) [604](#) [605](#) [606](#) [607](#) [608](#) [609](#) [610](#) [611](#) [612](#) [613](#) [614](#) [615](#) [616](#) [617](#) [618](#) [619](#) [620](#) [621](#) [622](#) [623](#) [624](#) [625](#) [626](#) [627](#) [628](#) [629](#) [630](#) [631](#) [632](#) [633](#) [634](#) [635](#) [636](#) [637](#) [638](#) [639](#) [640](#) [641](#) [642](#) [643](#) [644](#) [645](#) [646](#) [647](#) [648](#) [649](#) [650](#) [651](#) [652](#) [653](#) [654](#) [655](#) [656](#) [657](#) [658](#) [659](#) [660](#) [661](#) [662](#) [663](#) [664](#) [665](#) [666](#) [667](#) [668](#) [669](#) [670](#) [671](#) [672](#) [673](#) [674](#) [675](#) [676](#) [677](#) [678](#) [679](#) [680](#) [681](#) [682](#) [683](#) [684](#) [685](#) [686](#) [687](#) [688](#) [689](#) [690](#) [691](#) [692](#) [693](#) [694](#) [695](#) [696](#) [697](#) [698](#) [699](#) [700](#) [701](#) [702](#) [703](#) [704](#) [705](#) [706](#) [707](#) [708](#) [709](#) [710](#) [711](#) [712](#) [713](#) [714](#) [715](#) [716](#) [717](#) [718](#) [719](#) [720](#) [721](#) [722](#) [723](#) [724](#) [725](#) [726](#) [727](#) [728](#) [729](#) [730](#) [731](#) [732](#) [733](#) [734](#) [735](#) [736](#) [737](#) [738](#) [739](#) [740](#) [741](#) [742](#) [743](#) [744](#) [745](#) [746](#) [747](#) [748](#) [749](#) [750](#) [751](#) [752](#) [753](#) [754](#) [755](#) [756](#) [757](#) [758](#) [759](#) [760](#) [761](#) [762](#) [763](#) [764](#) [765](#) [766](#) [767](#) [768](#) [769](#) [770](#) [771](#) [772](#) [773](#) [774](#) [775](#) [776](#) [777](#) [778](#) [779](#) [780](#) [781](#) [782](#) [783](#) [784](#) [785](#) [786](#) [787](#) [788](#) [789](#) [790](#) [791](#) [792](#) [793](#) [794](#) [795](#) [796](#) [797](#) [798](#) [799](#) [800](#) [801](#) [802](#) [803](#) [804](#) [805](#) [806](#) [807](#) [808](#) [809](#) [810](#) [811](#) [812](#) [813](#) [814](#) [815](#) [816](#) [817](#) [818](#) [819](#) [820](#) [821](#) [822](#) [823](#) [824](#) [825](#) [826](#) [827](#) [828](#) [829](#) [830](#) [831](#) [832](#) [833](#) [834](#) [835](#) [836](#) [837](#) [838](#) [839](#) [840](#) [841](#) [842](#) [843](#) [844](#) [845](#) [846](#) [847](#) [848](#) [849](#) [850](#) [851](#) [852](#) [853](#) [854](#) [855](#) [856](#) [857](#) [858](#) [859](#) [860](#) [861](#) [862](#) [863](#) [864](#) [865](#) [866](#) [867](#) [868](#) [869](#) [870](#) [871](#) [872](#) [873](#) [874](#) [875](#) [876](#) [877](#) [878](#) [879](#) [880](#) [881](#) [882](#) [883](#) [884](#) [885](#) [886](#) [887](#) [888](#) [889](#) [890](#) [891](#) [892](#) [893](#) [894](#) [895](#) [896](#) [897](#) [898](#) [899](#) [900](#) [901](#) [902](#) [903](#) [904](#) [905](#) [906](#) [907](#) [908](#) [909](#) [910](#) [911](#) [912](#) [913](#) [914](#) [915](#) [916](#) [917](#) [918](#) [919](#) [920](#) [921](#) [922](#) [923](#) [924](#) [925](#) [926](#) [927](#) [928](#) [929](#) [930](#) [931](#) [932](#) [933](#) [934](#) [935](#) [936](#) [937](#) [938](#) [939](#) [940](#) [941](#) [942](#) [943](#) [944](#) [945](#) [946](#) [947](#) [948](#) [949](#) [950](#) [951](#) [952](#) [953](#) [954](#) [955](#) [956](#) [957](#) [958](#) [959](#) [960](#) [961](#) [962](#) [963](#) [964](#) [965](#) [966](#) [967](#) [968](#) [969](#) [970](#) [971](#) [972](#) [973](#) [974](#) [975](#) [976](#) [977](#) [978](#) [979](#) [980](#) [981](#) [982](#) [983](#) [984](#) [985](#) [986](#) [987](#) [988](#) [989](#) [990](#) [991](#) [992](#) [993](#) [994](#) [995](#) [996](#) [997](#) [998](#) [999](#) [1000](#)

Diante da pesquisa de mercado realizada, restou devidamente evidenciada a existência de ampla oferta de soluções educacionais digitais aptas a atender o objeto da presente contratação, com diversidade de empresas especializadas, tecnologias disponíveis e modelos de prestação de serviços compatíveis com as especificações técnicas e pedagógicas definidas pela Administração.

Os levantamentos confirmam que a contratação pretendida possui viabilidade técnica e econômica, não se tratando de solução singular ou restrita, mas de serviço amplamente difundido no mercado, o que assegura ambiente concorrencial adequado para a realização do procedimento licitatório.

Conclui-se, assim, que o objeto da contratação é plenamente exequível, competitivo e compatível com as práticas de mercado, atendendo aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, reforçando a adequação da modalidade de contratação adotada.

12. DA NÃO APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ME E EPP LOCAIS E REGIONAIS

A presente contratação não adotará o benefício de margem de preferência de 10% (dez por cento) destinado às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP locais ou regionais, considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de plataforma de ensino online para oferta de cursinho pré-vestibular/pré-ENEM municipal.

O serviço será prestado integralmente de forma remota, por meio de ambiente virtual de aprendizagem, não havendo fornecimento físico de bens, deslocamento logístico, transporte, instalação local ou qualquer fator operacional que justifique tratamento diferenciado em razão de localização geográfica do fornecedor.

Nesse contexto, a competitividade do certame se dá em âmbito amplo, com empresas especializadas de diferentes regiões aptas a prestar o serviço em igualdade de condições técnicas e operacionais, inexistindo vantagem econômica, logística ou funcional vinculada à atuação local.

A aplicação da margem de preferência, neste caso, não se mostra adequada nem proporcional, uma vez que não contribui para ganhos de eficiência, redução de custos logísticos ou melhoria da execução contratual, podendo, inclusive, restringir indevidamente a competitividade do procedimento.

Dessa forma, a contratação observará tratamento isonômico entre os licitantes, sem adoção de margem de preferência local, em consonância com os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

12.1. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO APLICAÇÃO DE COTA RESERVADA ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A presente contratação não adotará a exclusividade de participação para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de plataforma de ensino online para oferta de cursinho pré-vestibular/pré-ENEM municipal, bem como os limites legais estabelecidos para tal benefício.

Nos termos da legislação vigente aplicável às contratações públicas, a exclusividade de itens para ME e EPP é admitida apenas para contratações cujo valor estimado não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por item, o que não se compatibiliza com o valor global estimado da presente contratação, dada a abrangência do serviço, o quantitativo de alunos atendidos e o período de execução do programa educacional.

Além disso, o objeto apresenta natureza integrada e tecnológica, não sendo tecnicamente recomendável seu fracionamento para fins de enquadramento em item exclusivo, sob pena de comprometer a funcionalidade da solução educacional, a eficiência da execução contratual e a gestão do serviço.

Dessa forma, a não adoção de item exclusivo revela-se juridicamente adequada, tecnicamente fundamentada e alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

13. CONTRATAÇÕES SIMILARES

Com o objetivo de subsidiar o planejamento da presente contratação e demonstrar a compatibilidade do objeto com práticas administrativas adotadas por outros entes públicos, foram analisadas contratações similares voltadas à oferta de cursinho pré-vestibular/pré-ENEM por meio de plataformas educacionais ou soluções educacionais estruturadas.

As contratações avaliadas apresentam variações de quantitativos de alunos, períodos de execução e valores globais, permitindo análise comparativa da razoabilidade dos preços praticados no setor público.

TABELA COMPARATIVA DE CONTRATAÇÕES SIMILARES

MUNICÍPIO	PROCESSO	ALUNOS	DURAÇÃO	VALOR REFERÊNCIA (R\$)	VALOR ADJUDICADO (R\$)
Salinópolis/PA	PE nº 90006-2024	250	6 meses	236.238,00	119.400,00
Canaã dos Carajás/PA	PE nº 129/2023 (SRP)	400	5 meses	1.299.660,00	825.620,00

Tomé-Açu/PA	PE nº 9/2022-2303001	1.000	8 meses	351.940,00	346.000,00
-------------	----------------------	-------	---------	------------	------------

ANÁLISE TÉCNICA COMPARATIVA DOS VALORES

A análise das contratações evidencia que os valores praticados guardam relação direta com o quantitativo de alunos atendidos, o período de duração do curso e o escopo da solução educacional ofertada.

Verifica-se que:

- em Salinópolis, a contratação atendeu número reduzido de estudantes por período de execução mais curto, resultando em valor global menor;
- em Canaã dos Carajás, o valor elevado decorre da maior complexidade do modelo contratado, do escopo ampliado da solução e da estruturação via Sistema de Registro de Preços;
- em Tomé-Açu, observa-se contratação de grande escala, com 1.000 alunos por 8 meses, demonstrando viabilidade técnica da solução para atendimento massivo de estudantes, com valor adjudicado compatível com a dimensão do serviço.

A comparação confirma que os valores praticados variam conforme a dimensão do programa educacional e o formato da contratação, sendo plenamente compatíveis com parâmetros observados no mercado público.

CÁLCULO PROPORCIONAL – CUSTO POR ALUNO E POR ALUNO/MÊS

🚦 SALINÓPOLIS/PA

250 alunos – 6 meses – Valor adjudicado: R\$ 119.400,00

Custo por aluno (total do curso):

$R\$ 119.400 \div 250 = R\$ 477,60$ por aluno

Custo por aluno/mês:

$R\$ 477,60 \div 6 = R\$ 79,60$ por aluno/mês

🚦 CANAÃ DOS CARAJÁS/PA

400 alunos – 5 meses – Valor adjudicado: R\$ 825.620,00

Custo por aluno (total do curso):

$R\$ 825.620 \div 400 = R\$ 2.064,05$ por aluno

Custo por aluno/mês:

$R\$ 2.064,05 \div 5 = R\$ 412,81$ por aluno/mês

🚦 TOMÉ-AÇU/PA

1.000 alunos – 8 meses – Valor adjudicado: R\$ 346.000,00

Custo por aluno (total do curso):

$R\$ 346.000 \div 1.000 = R\$ 346,00$ por aluno

Custo por aluno/mês:

$R\$ 346,00 \div 8 = R\$ 43,25$ por aluno/mês

TABELA RESUMO COMPARATIVA

MUNICÍPIO	ALUNOS	MESES	VALOR ADJUDICADO (R\$)	CUSTO POR ALUNO (R\$)	CUSTO POR ALUNO/MÊS (R\$)
Salinópolis	250	6	119.400,00	477,60	79,60
Canaã dos Carajás	400	5	825.620,00	2.064,05	412,81
Tomé-Açu	1.000	8	346.000,00	346,00	43,25

ANÁLISE TÉCNICA

Observa-se que o custo por aluno/mês apresenta variações relevantes entre os entes analisados, influenciadas pelo escopo da solução contratada, modelo de execução, estrutura pedagógica e tecnológica ofertada.

O Município de Tomé-Açu apresenta o menor custo proporcional por aluno/mês, evidenciando elevada eficiência econômica na contratação realizada, inclusive em escala ampliada de atendimento.

O processo de Salinópolis demonstra valor intermediário, enquanto o de Canaã dos Carajás apresenta custo significativamente superior, possivelmente relacionado a escopo mais robusto ou modelo contratual diferenciado.

Esses dados reforçam que o objeto possui ampla variação de mercado, sendo plenamente viável técnica e economicamente, além de demonstrar que contratações em maior escala tendem a gerar maior eficiência financeira.

INFLUÊNCIA DA QUALIDADE E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NA VARIAÇÃO DOS VALORES CONTRATADOS

A análise das contratações similares realizadas por outros entes públicos evidencia que os valores praticados para serviços de cursinho pré-vestibular/pré-ENEM por meio de plataformas educacionais podem apresentar variações significativas, diretamente relacionadas à qualidade dos cursos ofertados, ao nível de complexidade da solução tecnológica e às especificações técnicas exigidas em cada contratação.

Aspectos como abrangência do conteúdo pedagógico, quantidade e qualidade das videoaulas, frequência de aulas ao vivo, número de simulados aplicados, correção individualizada de redações, disponibilidade de tutoria pedagógica, robustez da plataforma tecnológica, geração de relatórios gerenciais,

suporte técnico contínuo, estabilidade do sistema e recursos de acessibilidade impactam diretamente o custo global da solução educacional.

Além disso, soluções educacionais mais completas, com maior carga horária, recursos tecnológicos avançados e acompanhamento pedagógico intensivo, tendem a demandar maior estrutura operacional da contratada, refletindo em valores mais elevados quando comparadas a plataformas com escopo mais básico.

Dessa forma, a variação observada nos valores adjudicados nas contratações similares não decorre apenas do número de alunos atendidos ou da duração do curso, mas principalmente das especificações técnicas, da qualidade pedagógica e do nível de serviço exigido em cada processo, o que reforça a necessidade de análise proporcional e contextualizada dos preços.

Assim, eventuais diferenças de valores entre as contratações analisadas mostram-se compatíveis com as particularidades de cada solução educacional adotada, não caracterizando, por si só, sobrepreço ou irregularidade, mas reflexo natural das distintas exigências técnicas e de qualidade estabelecidas pelos órgãos contratantes.

CONCLUSÃO DO COMPARATIVO DE CONTRATAÇÕES SIMILARES

Diante dos processos analisados, conclui-se que:

- ✓ a contratação de plataformas educacionais para cursinho pré-vestibular é prática consolidada na Administração Pública;
- ✓ os quantitativos pretendidos pelo Município estão alinhados com experiências de outros entes;
- ✓ os valores adjudicados demonstram proporcionalidade conforme alunos e duração;
- ✓ o objeto é técnica e economicamente viável.

Assim, o comparativo reforça a razoabilidade da presente contratação, sua aderência às práticas administrativas e sua compatibilidade com os parâmetros de mercado público.

ECONOMIA OBTIDA NAS CONTRATAÇÕES SIMILARES E EXPECTATIVA DE REDUÇÃO DE VALORES NA PRESENTE LICITAÇÃO

A análise das contratações similares realizadas por outros entes públicos evidencia que os valores inicialmente estimados como referência tendem a sofrer reduções significativas após a realização da sessão pública de disputa, em razão da competitividade do certame, da ampla participação de fornecedores e da dinâmica de lances sucessivos, especialmente nos pregões eletrônicos.

Observam-se os seguintes percentuais de economia obtidos:

• **Salinópolis/PA**

Valor de referência: R\$ 236.238,00

Valor adjudicado: R\$ 119.400,00

Economia aproximada de **49,46%**

• **Canaã dos Carajás/PA**

Valor de referência: R\$ 1.299.660,00

Valor adjudicado: R\$ 825.620,00

Economia aproximada de **36,48%**

• **Tomé-Açu/PA**

Valor de referência: R\$ 351.940,00

Valor adjudicado: R\$ 346.000,00

Economia aproximada de **1,69%**

Os dados demonstram que, em especial nos certames com maior competitividade e pluralidade de fornecedores, a disputa eletrônica proporciona reduções expressivas em relação aos valores inicialmente estimados, refletindo a eficiência do procedimento licitatório na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Ainda que em determinados casos a economia seja mais moderada — a depender do escopo da solução contratada e do nível de exigência técnica — verifica-se, de modo geral, tendência concreta de redução dos valores referenciais quando submetidos à concorrência efetiva de mercado.

Diante desse cenário, é plenamente razoável e tecnicamente esperado que o valor estimado para a presente contratação possa sofrer diminuição durante a fase competitiva do pregão eletrônico, sobretudo considerando:

- ✓ a ampla existência de fornecedores no mercado educacional digital;
- ✓ a padronização do objeto como serviço comum;
- ✓ a possibilidade de disputa por lances sucessivos;
- ✓ a transparência e competitividade do meio eletrônico.

Assim, os valores estimados cumprem sua função de referência de mercado para planejamento da contratação, sem prejuízo da expectativa de obtenção de proposta mais vantajosa na fase de disputa, em

consonância com os princípios da economicidade, eficiência e seleção da melhor oferta para a Administração Pública.

14. COMPARAÇÃO COM CONTRATAÇÃO ANTERIOR DE OBJETO SIMILAR

DADOS DO PROCESSO:

 **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2022-2303001-FME**

Nº do Processo Administrativo: 2303001/2022

Legislação Aplicável: Lei nº 10.520/2002

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO

Referência: **R\$351.940,00** / Adjudicado: **R\$346.000,00**

14.1. COMPARATIVO ORÇAMENTÁRIO ENTRE O PROCESSO ANTERIOR E O PROCESSO ATUAL DO CURSINHO MUNICIPAL (VALORES ESTIMADOS)

Com a finalidade de assegurar transparência administrativa, rastreabilidade dos custos públicos e adequada análise da evolução dos preços praticados no mercado, apresenta-se o comparativo entre o processo anteriormente realizado e o processo atualmente em fase de planejamento, considerando o mesmo item contratado, com idênticas especificações técnicas, escopo pedagógico e condições de execução, diferenciando-se exclusivamente pelos valores orçados (estimados) em cada período.

Destaca-se que não houve alteração no objeto, na metodologia, na quantidade de vagas ou nos parâmetros técnicos do serviço, tratando-se, portanto, de uma análise comparativa estritamente financeira, voltada à verificação da variação de preços ao longo do tempo, em consonância com a dinâmica de mercado e os princípios da economicidade e da vantajosidade da contratação pública.

Tabela Comparativa de Valores Orçados

PROCESSO	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR ORÇADO (R\$)
Processo Anterior	Cursinho municipal (mesmo item e mesmas especificações)	351.940,00
Processo Atual	Cursinho municipal (mesmo item e mesmas especificações)	689.500,00

MAPA DE COTAÇÕES DO PREGÃO DE 2022

Nº	Descrição	UND	QTDE	Estratégia Vestibulares (R\$ Unit)	Estratégia Vestibulares (R\$ total)	Educa Tecnologia (R\$ Unit)	Educa Tecnologia (R\$ total)	Plataforma ENEM (R\$ Unit)	Plataforma ENEM (R\$ total)	ProENEM (R\$ Unit)	ProENEM (R\$ total)	Descomplica (R\$ Unit)	Descomplica (R\$ total)	MÉDIA ARITMÉTICA
1	Cursinho preparatório online para vestibular e ENEM	UNID	1000	R\$ 627,00	R\$ 627.000,00	R\$ 199,90	R\$ 199.900,00	R\$ 554,76	R\$ 554.760,00	R\$ 298,80	R\$ 298.800,00	R\$ 79,26	R\$ 79.260,00	R\$ 351.153,33

Durante a análise do mapa de cotações referente ao processo de 2022, identificou-se inconsistência quanto à unidade de medida adotada, uma vez que o item foi orçado de forma UNITÁRIA (por aluno), sem a indicação do período de referência da prestação dos valores cotados.

Com o objetivo de assegurar padronização metodológica da pesquisa de preços e permitir a adequada comparabilidade com o processo atual, procedeu-se à adequação da unidade de medida para o formato mensal, atualmente utilizado pela Administração.

Para fins de proporcionalidade e aproveitamento técnico das informações históricas de mercado, os valores do processo de 2022 foram ajustados considerando o período estimado de 08 (oito) meses, possibilitando a correta apuração comparativa dos custos.

MAPA DE COTAÇÕES 2022 ADEQUADO PARA COMPARATIVO E LEITURA

Nº	Descrição	Und	Qtde	Estratégia Vestibulares (R\$ Unit)	Estratégia Vestibulares (R\$ total)	Educa Tecnologia (R\$ Unit)	Educa Tecnologia (R\$ total)	Plataforma ENEM (R\$ Unit)	Plataforma ENEM (R\$ total)	ProENEM (R\$ Unit)	ProENEM (R\$ total)	Descomplica (R\$ Unit)	Descomplica (R\$ total)	MÉDIA ARITMÉTICA
1	Cursinho preparatório online para vestibular e ENEM	MÊS	8	R\$ 78.375,00	R\$ 627.000,00	R\$ 24.987,50	R\$ 199.900,00	R\$ 69.345,00	R\$ 554.760,00	R\$ 37.350,00	R\$ 298.800,00	R\$ 9.907,50	R\$ 79.260,00	R\$ 351.153,33

14.2. ANÁLISE DOS PREÇOS COTADOS NO PREGÃO DE 2022

Considerando as análises realizadas sobre o mapa de cotações do processo anterior, foram identificadas inconsistências relevantes nos métodos utilizados para apuração dos preços estimados. Dentre os principais equívocos observados, destaca-se a ausência de definição do período de disponibilização dos acessos aos serviços cotados, o que compromete a adequada mensuração dos valores apresentados.

Verificou-se, ainda, expressiva variação entre os preços informados pelas empresas participantes, sem razoabilidade entre si, havendo valores excessivamente elevados e outros manifestamente reduzidos. À luz das metodologias de mitigação de variações excessivas adotadas na administração pública — amplamente reconhecidas em acórdãos do Tribunal de Contas da União — considera-se como preços excessivamente elevados aqueles superiores a 25% da média do rol de preços obtidos, bem como inexequíveis aqueles inferiores a 25% dessa mesma média.

Observou-se que, para fins de cálculo no processo de 2022, foram desconsiderados apenas o maior e o menor valor, permanecendo, contudo, preços ainda demasiadamente dispersos, o que não configura média aritmética razoável nem representa de forma fidedigna a realidade de mercado.

Adicionalmente, a análise das comprovações de preços anexadas ao portal do TCM demonstrou fragilidades quanto ao nível de detalhamento das propostas apresentadas, não restando claro que os valores informados contemplam integralmente as necessidades descritas no termo de referência.

Ao se considerar que o atendimento previsto abrange 1.000 alunos, e ao se proceder à diluição dos valores unitários por empresa, obtêm-se os seguintes custos mensais por aluno:

- Estratégia Vestibulares: R\$ 78,37 por mês
- Educa Tecnologia: R\$ 24,99 por mês
- Plataforma ENEM: R\$ 69,34 por mês
- ProENEM: R\$ 37,35 por mês
- Descomplica: R\$ 9,90 por mês

Diante do escopo apresentado no processo, é evidente que tais valores mensais por aluno não refletem a realidade de mercado, considerando a complexidade e abrangência das especificações técnicas exigidas, as quais não se compatibilizam com custos tão reduzidos.

Diante das inconsistências identificadas quanto à ausência de definição de período de referência, à elevada dispersão dos valores apresentados, à fragilidade das comprovações de preços e à incompatibilidade dos custos unitários apurados com a realidade de mercado, conclui-se que o processo de 2022 não apresenta parâmetros técnicos confiáveis para subsidiar análises comparativas de preços. Assim, referido processo não pode ser adotado como base válida para fins de comparação no que se refere à estimativa de valores, formação de média aritmética ou aferição de economicidade no presente procedimento, devendo ser considerado apenas como referência histórica sem valor técnico para composição da pesquisa de preços atual.

15. MEDIDAS MITIGADORAS ADOTADAS NO CERTAME

Considerando os apontamentos acima relacionados, incluindo a necessidade de controle de preços, prevenção de valores excessivos ou inexequíveis, garantia de qualidade dos serviços, competitividade do certame e promoção do desenvolvimento econômico local, serão adotadas medidas mitigadoras durante a condução do processo licitatório, com vistas a assegurar maior segurança jurídica, eficiência administrativa e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

As ações preventivas visam reduzir riscos de irregularidades, proteger o interesse público e assegurar o adequado equilíbrio econômico-financeiro da contratação. Entre as principais medidas, destacam-se:

15.1. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, constata-se que:

- Municípios com altas economias percentuais podem estar sujeitas a propostas de risco, com potenciais reflexos na qualidade e no cumprimento contratual.
- Municípios com economias mínimas indicam baixa competitividade, o que reforça a necessidade de medidas que estimulem maior participação de fornecedores sérios e preparados.

Tal exigência está respaldada no § 1º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo adotada de forma excepcional e devidamente motivada, diante de elementos concretos que demonstram a necessidade de maior cautela e controle, especialmente para evitar contratações inexequíveis e assegurar a fiel execução contratual.

Obs. 01: A exigência de garantia da proposta, prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se como medida de proteção ao interesse público, destinada a assegurar a seriedade das ofertas apresentadas pelos licitantes e a estabilidade do certame. Essa garantia visa evitar a apresentação de propostas inexequíveis ou a desistência imotivada do participante após a fase de lances, situações que poderiam comprometer a eficiência da contratação e gerar atrasos no atendimento das necessidades da Administração.

A adoção desse mecanismo confere maior segurança à disputa, inibe práticas oportunistas e contribui para a seleção de fornecedores comprometidos, garantindo que apenas empresas efetivamente capacitadas participem do procedimento. Além disso, a garantia da proposta protege a Administração de eventuais prejuízos decorrentes da recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, possibilitando a execução da garantia como forma de recomposição do dano causado.

Assim, visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, propõe-se a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da contratação, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:

- ✓ **Caução em dinheiro ou título de dívida pública:** Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Tomé Açu. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá

solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Conta para depósito de Caução. **Banco do Brasil Ag 0878-8; C/c 12.142-8**

- ✓ **Seguro-garantia:** a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- ✓ **Fiança bancária:** deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, devendo constar cláusula de execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.

Obs. 02: Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução.

Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos,

Obs. 03: A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;

Obs. 04: Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma dos itens que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um item, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais itens, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;

Obs. 05: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência.

Obs. 06: Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata.

Obs. 07: No caso de apresentação da modalidade seguro-garantia, no ato do cadastro na plataforma Licitanet deverá ser anexada a apólice respectiva, acompanhada do comprovante de pagamento (o comprovante deve estar em nome da empresa licitante), como condição para a validação da proposta. A data dos docs devem ser compatíveis com a data de abertura do certame, sendo assim não pode ser com data posterior.

Obs. 08: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência. Caso o licitante anexe documentos que não estejam relacionados à exigência da garantia da proposta (por exemplo, documentos de habilitação), será desclassificado.

15.2. SOLICITAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Tal processo limitar-se-á às empresas que possuam, minimamente, os seguintes documentos indispensáveis para prestação do serviço:

b. ITENS DE RELEVÂNCIA:

Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração Pública exigir, como condição de habilitação, a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a aptidão do licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, especialmente em relação à parcela de maior relevância do valor de referência. Tal exigência deverá considerar critérios objetivos como o valor, vulto, complexidade ou impacto dos itens no conjunto da contratação.

No presente certame, com fundamento no referido dispositivo legal, será exigida a comprovação de capacidade técnica específica para os itens cuja relevância seja igual ou superior a **4% (quatro por cento)** do valor global estimado da contratação, por serem considerados tecnicamente sensíveis e de impacto direto na efetiva execução do objeto licitado, conforme Art. 67 da Lei 14.133/2021. Essa medida visa assegurar que o contratado possua experiência comprovada na execução de fornecimentos similares, com grau de complexidade compatível e desempenho satisfatório, mitigando riscos de inexecução, falhas técnicas, atrasos e outros prejuízos à Administração Pública.

A adoção desse critério não possui caráter restritivo indevido, mas decorre de justificativa técnica e legal, visando preservar o interesse público e promover uma contratação eficiente e segura. A medida está em conformidade com os princípios da eficiência, razoabilidade, legalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, assegurando a participação de licitantes com capacidade comprovada para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, sobretudo nas parcelas críticas e estratégicas do objeto.

c. COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA – ATESTADOS

No presente certame, verifica-se que o objeto é composto por item único, o qual representa 100% (cem por cento) do valor global estimado da contratação, configurando-se, portanto, como parcela de máxima relevância técnica e financeira do processo, nos termos do dispositivo legal supracitado.

Dessa forma, com fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, será exigida a comprovação de capacidade técnica específica para a execução do objeto licitado em sua integralidade, por se tratar de parcela crítica e estratégica da contratação, cujo adequado desempenho impacta diretamente no alcance dos resultados pretendidos pela Administração.

Tal exigência visa assegurar que o futuro contratado possua experiência comprovada na execução de fornecimentos ou serviços similares, com complexidade compatível e desempenho satisfatório, mitigando riscos de inexecução, falhas operacionais, atrasos e demais prejuízos ao interesse público.

Ressalta-se que a adoção deste critério não possui caráter restritivo indevido, mas decorre de justificativa técnica e legal plenamente amparada pela legislação vigente, observando os princípios da legalidade, eficiência, razoabilidade, isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, garantindo a participação de licitantes tecnicamente aptos ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

d. CONSOLIDAÇÃO DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

NATUREZA DOS ATESTADOS:

- ✓ PLATAFORMA ONLINE DE ENSINO

FORMATO DE COMPROVAÇÃO:

A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnico-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, demonstrando que já atendeu, de forma satisfatória, quantitativo equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do volume da presente contratação (1000 alunos).

O(s) atestado(s) deverá(ão) evidenciar a execução regular dos serviços, com indicação do período de prestação, quantidade atendida e declaração de desempenho satisfatório, de modo a comprovar a aptidão técnica da empresa para a execução do objeto em escala compatível com o vulto da contratação.

**e. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
CORRESPONDENTE A 30%**

A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional que comprove a execução prévia de serviços compatíveis com o objeto da contratação, em quantitativo mínimo correspondente a 30% (trinta por cento) do volume estimado, encontra amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e observa os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e interesse público.

O percentual adotado mostra-se adequado e equilibrado frente ao vulto da contratação, permitindo à Administração verificar a experiência prática da empresa na execução de serviços em escala relevante, sem, contudo, restringir indevidamente a competitividade do certame. Tal parâmetro é amplamente aceito pelos órgãos de controle como suficiente para comprovação da aptidão técnica, garantindo que o contratado possua estrutura operacional, capacidade de gestão e experiência compatíveis com as exigências do objeto.

A comprovação de execução mínima de 30% do quantitativo previsto mitiga riscos de inexecução contratual, falhas operacionais, atrasos e prejuízos à Administração, especialmente considerando que o objeto é composto por item único e representa 100% do valor global da contratação, possuindo impacto direto no alcance dos resultados esperados.

Dessa forma, a exigência de atestado técnico-operacional nesse percentual constitui medida preventiva e tecnicamente justificada, voltada à seleção de empresa apta à execução do objeto com qualidade, eficiência e segurança, sem afronta aos princípios da isonomia e da ampla competitividade.

f. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

- ✓ Atestados de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando capacidade operacional equivalente ou superior, para a execução satisfatória do objeto da presente licitação, podendo ser de produtos similares aos licitados.
- ✓ Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- ✓ A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço/fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, como por exemplo notas fiscais, faturas entre outros. Também poderá ser solicitado da empresa licitante a obrigatoriedade de apresentação de tais comprovações.

- ✓ Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica;
- ✓ Também o pregoeiro poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;

15.3. COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

A comprovação da exequibilidade das propostas ofertadas desempenha um papel fundamental no processo de licitação. Ao exigir que os licitantes apresentem uma planilha de composição de custos detalhada, acompanhada de documentação comprobatória, estamos garantindo que as propostas não apenas sejam competitivas, mas também viáveis na prática. Essa medida não irá apenas fortalecer a integridade do processo licitatório, mas também assegura que os contratantes selecionados possuam os meios necessários para cumprir as obrigações contratadas de maneira eficiente e sem comprometer a qualidade ou prazos estabelecidos.

Para este processo **SERÁ CONSIDERADO INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE LANCES QUE APRESENTEM 25% DE ECONOMIA REFERENTE AO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO;**

Será solicitado em diligência documentos pertinentes para tal comprovação (realizado logo após a fase de lances, antes mesmo de passar para a fase habilitaria)

Deve conter mais especificações sobre critérios de comprovação no rol “FASE DE JULGAMENTO” do Edital.

Essas medidas de controle preventivo refletem o compromisso da Administração Municipal com a transparência, eficiência e boa governança nas contratações públicas, fortalecendo o planejamento e garantindo maior segurança jurídica e técnica ao processo licitatório.

16. RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

A seguir, descrevem-se os requisitos necessários para assegurar que a prestação dos serviços do cursinho preparatório online atenda integralmente aos padrões de qualidade, continuidade do atendimento, desempenho pedagógico, disponibilidade tecnológica e conformidade legal, indispensáveis ao adequado suporte às políticas públicas educacionais do Município, considerando o caráter essencial do objeto e o volume de atendimentos previstos.

a. Prazo de Atendimento, Disponibilização dos Acessos e Início da Prestação do Serviço

Os serviços do cursinho online deverão ser disponibilizados sob demanda da Administração, conforme cronograma previamente definido ou solicitações formalizadas, observando-se prazos compatíveis com o planejamento pedagógico e com a necessidade de início tempestivo das atividades educacionais.

A contratada deverá disponibilizar os acessos à plataforma educacional digital no **PRAZO MÁXIMO DE 10 DIAS CORRIDOS**, contado da ordem de serviço ou autorização de início, assegurando que todos os alunos estejam plenamente habilitados ao uso dos recursos contratados.

Eventuais inclusões, substituições ou ajustes de usuários deverão ser atendidos em prazos razoáveis, de modo a garantir a continuidade do serviço sem prejuízo aos estudantes.

b. Disponibilidade da Plataforma, Atendimento ao Usuário e Suporte Técnico

A plataforma educacional deverá possuir funcionamento contínuo, com elevado índice de disponibilidade, permitindo acesso regular aos conteúdos, aulas, simulados, atividades e recursos pedagógicos.

Deverá ser garantido atendimento ao usuário por meio de canais de suporte técnico e pedagógico, aptos a solucionar falhas de acesso, instabilidades do sistema e dúvidas operacionais, dentro de prazos compatíveis com a natureza do serviço.

c. Qualidade, Conformidade e Padronização dos Serviços Educacionais

Os serviços ofertados deverão atender aos padrões mínimos de qualidade compatíveis com o objeto contratado, assegurando:

- ✓ conteúdos atualizados e alinhados aos principais vestibulares e ao ENEM;
- ✓ estrutura pedagógica organizada e de fácil navegação;
- ✓ recursos tecnológicos estáveis e seguros;
- ✓ acompanhamento adequado do desempenho dos alunos.

A contratada deverá observar, quando aplicável:

- ✓ normas de proteção de dados e segurança da informação;
- ✓ boas práticas de tecnologia educacional;
- ✓ conformidade com as condições técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

Serão considerados inadequados e passíveis de rejeição os serviços que apresentem:

- ✓ instabilidade recorrente da plataforma;
- ✓ descumprimento das funcionalidades contratadas;
- ✓ baixa qualidade pedagógica;
- ✓ falhas que comprometam o acesso ou a aprendizagem.

d. Responsabilidade Operacional, Tecnológica e Pedagógica

A contratada será integralmente responsável pela gestão da plataforma, disponibilização dos conteúdos, suporte aos usuários e correção de eventuais falhas durante a execução do contrato, incluindo:

- ✓ regularidade do acesso aos sistemas;
- ✓ manutenção dos conteúdos contratados;
- ✓ solução tempestiva de problemas técnicos;
- ✓ garantia de continuidade do serviço.

Toda a responsabilidade pela adequada execução do objeto será da contratada, independentemente de utilização de sistemas próprios ou ferramentas tecnológicas de terceiros.

e. Conformidade Legal e Responsabilidades Contratuais

A contratada deverá cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, mantendo durante toda a vigência da contratação:

- ✓ regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica;
- ✓ responsabilidade civil e administrativa pela execução do objeto;
- ✓ observância integral das condições pactuadas quanto à qualidade e desempenho do serviço.

16.1. DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

Fica vedada a subcontratação da execução principal dos serviços do cursinho preparatório online, admitindo-se apenas a utilização de plataformas tecnológicas próprias ou ferramentas de apoio, desde que sob responsabilidade integral da contratada, conforme previsto no instrumento convocatório.

Tal vedação tem por finalidade:

- ✓ assegurar o controle da qualidade pedagógica e tecnológica do serviço;
- ✓ garantir a responsabilização direta da contratada pela execução do objeto;
- ✓ mitigar riscos de interrupção do acesso, falhas técnicas ou descumprimento das funcionalidades contratadas;
- ✓ preservar a eficiência e a segurança da contratação.

A manutenção da responsabilidade integral da contratada contribui para a previsibilidade operacional, continuidade do atendimento aos alunos e adequada execução contratual, considerando o caráter essencial do serviço educacional ofertado.

17. CLÁUSULAS OPERACIONAIS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Correção de Não Conformidades na Plataforma ou nos Serviços Prestados

Na hipótese de os serviços disponibilizados apresentarem não conformidade com as condições contratadas, tais como falhas de acesso à plataforma, instabilidade do sistema, indisponibilidade de conteúdo, descumprimento das funcionalidades previstas, baixa qualidade pedagógica ou qualquer situação que comprometa a adequada utilização pelos alunos, a contratada deverá promover a imediata correção da irregularidade.

Quando não for possível a correção imediata, a contratada deverá adotar soluções alternativas eficazes, sem ônus adicional para a Administração, que assegurem a continuidade do acesso e da prestação do serviço em padrão igual ou superior ao contratado.

A regularização deverá ocorrer no menor prazo possível, preferencialmente de forma imediata, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

b. Responsabilidade Operacional pela Regularização dos Serviços

A contratada será integralmente responsável pela gestão das correções necessárias, incluindo todos os custos operacionais, tecnológicos e administrativos envolvidos, tais como:

- ✓ restabelecimento de acessos e funcionalidades da plataforma;
- ✓ suporte técnico aos usuários;
- ✓ comunicação com a Administração e com os alunos;
- ✓ garantia da continuidade do serviço educacional.

Toda e qualquer medida adotada deverá preservar o regular andamento das atividades pedagógicas, não podendo gerar prejuízo à Administração.

c. Condições dos Serviços Educacionais e da Plataforma Digital

Os serviços ofertados deverão:

- ✓ manter funcionamento estável e contínuo;
- ✓ disponibilizar integralmente os conteúdos e recursos contratados;
- ✓ assegurar qualidade pedagógica compatível com as especificações do Termo de Referência;
- ✓ garantir segurança da informação e proteção dos dados dos usuários.

Serão considerados inadequados os serviços que apresentem:

- ✓ instabilidade recorrente da plataforma;
- ✓ descumprimento das funcionalidades contratadas;
- ✓ falhas pedagógicas relevantes;
- ✓ interrupções que comprometam o aprendizado.

d. Gestão Operacional e Atendimento ao Usuário

A contratada deverá:

- ✓ responsabilizar-se pela gestão dos acessos e suporte aos alunos;
- ✓ solucionar tempestivamente quaisquer intercorrências técnicas ou operacionais;
- ✓ manter canais de atendimento acessíveis à Administração e aos usuários;
- ✓ garantir acompanhamento contínuo da execução do serviço.

18. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em observância ao princípio do planejamento e à adequada instrução processual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá adotar as seguintes providências antes da formalização do contrato do cursinho preparatório online:

a) Designação formal do gestor e fiscais do contrato

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser realizada designação formal de gestor do contrato e fiscais (técnico e administrativo), com respectivos suplentes, com atribuições claras quanto ao acompanhamento da execução pedagógica, tecnológica e financeira do serviço.

b) Capacitação técnica dos encarregados da fiscalização

Deverá ser assegurado que os fiscais possuam conhecimento mínimo sobre:

- ✓ funcionamento de plataformas educacionais digitais;
- ✓ critérios de qualidade pedagógica;
- ✓ procedimentos de verificação da prestação do serviço, incluindo:
 - conferência de acessos ativos;
 - verificação da disponibilidade de conteúdo;
 - análise de relatórios de utilização;
 - conferência de documentos fiscais.

c) Análise e atualização do Termo de Referência

Antes da formalização do contrato, deverá ser realizada revisão do Termo de Referência para:

- ✓ garantir clareza das especificações técnicas e pedagógicas;
- ✓ definir prazos de disponibilização dos acessos;
- ✓ estabelecer responsabilidades da contratada;
- ✓ prever mecanismos de controle e aceite da prestação do serviço.

d) Verificação de adequação orçamentária

Deverá ser confirmada a compatibilidade da contratação com:

- ✓ a dotação orçamentária disponível;
- ✓ o planejamento anual de contratações do Município, observando-se o prévio empenho da despesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 4.320/1964.

e) Formalização da minuta contratual e aprovação jurídica

A minuta contratual deverá ser submetida à assessoria jurídica, conforme art. 53 da Lei nº 14.133/2021, para:

- ✓ verificação da legalidade e coerência;
- ✓ adequada alocação de riscos;
- ✓ proteção do interesse público.

f) Planejamento do controle da execução do serviço

Deverá ser estruturado controle operacional contemplando:

- ✓ responsáveis pelo acompanhamento da plataforma;
- ✓ critérios de conferência da prestação do serviço, incluindo:
 - funcionamento contínuo do sistema;
 - cumprimento das funcionalidades contratadas;
 - análise de relatórios de acesso e desempenho;
 - regularidade da documentação fiscal;
 - manutenção de registros administrativos para rastreabilidade e transparência.

19. INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I. A Assessoria Contábil da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu e dos Fundos Municipais, CERTIFICA que existem recursos orçamentários disponíveis na Lei Municipal nº 2.306 de 11 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentária Anual, aprovada para o exercício de 2026, com o objetivo de assegurar o empenhamento prévio da despesa, conforme o art. 60 da Lei Federal n.º 4.320/64.

II. O empenhamento prévio das despesas, decorrentes da aquisição dos materiais ou contratação dos serviços constantes do objeto supramencionado, correrão à conta da(s) dotação(es) orçamentária(s) disponíveis na LOA/2026, conforme demonstrada(as) abaixo:

UNIDADE GESTORA	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TOMÉ-AÇU
Unid. Orçamentária	Fundo Municipal de Educação de Tomé-Açu
Func. Programática	12 362 0003 2.066 Manutenção das Atividades do Ensino Médio
Natureza da Despesa	3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica
Subelemento:	3.3.90.39.65 Serviços de apoio ao ensino
Fonte de Recurso	15001001 Receita de imposto e transf. - Educação

20. ORIENTAÇÕES RESUMIDAS AO FISCAL DE CONTRATO

Compete ao fiscal do contrato acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços do cursinho preparatório online, observando, de forma contínua e sistemática, o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços (quando aplicável) e no contrato, devendo, no mínimo:

- ✓ verificar se os acessos à plataforma educacional foram devidamente disponibilizados a todos os alunos previstos;
- ✓ conferir se os conteúdos, aulas, simulados, correções de atividades e recursos pedagógicos correspondem às especificações contratadas;
- ✓ acompanhar a regularidade e estabilidade do funcionamento da plataforma digital;
- ✓ monitorar o cumprimento dos prazos de início da prestação do serviço e eventuais ajustes de usuários;
- ✓ registrar formalmente eventuais não conformidades técnicas, pedagógicas ou operacionais identificadas durante a execução do contrato;
- ✓ comunicar oficialmente à contratada a ocorrência de falhas, solicitando correção imediata ou adoção de medidas que assegurem a continuidade do serviço;
- ✓ atestar a prestação do serviço somente após a verificação da conformidade com as condições pactuadas;
- ✓ manter registros administrativos dos acessos disponibilizados, relatórios de utilização, comunicações realizadas e documentos fiscais;
- ✓ subsidiar o gestor do contrato quanto à aplicação de penalidades, quando cabível, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

As atividades de fiscalização deverão ser exercidas com base nos princípios da legalidade, proporcionalidade, eficiência e interesse público, visando assegurar a adequada execução contratual, a qualidade dos serviços educacionais prestados e o pleno atendimento das necessidades da Administração Pública.

21. IMPACTO AMBIENTAL

A contratação do cursinho preparatório online apresenta impacto ambiental reduzido, considerando que a prestação do serviço ocorre majoritariamente em ambiente digital, sem necessidade de deslocamentos frequentes, utilização de espaços físicos de grande porte ou consumo intensivo de materiais impressos.

A adoção de plataforma educacional digital contribui diretamente para a diminuição do uso de papel, redução de resíduos sólidos e menor emissão de gases poluentes associados ao transporte de alunos, professores e equipes de apoio, alinhando-se aos princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental na administração pública.

Adicionalmente, a execução do serviço não envolve atividades poluidoras, geração significativa de efluentes, resíduos perigosos ou consumo elevado de recursos naturais, sendo considerada ambientalmente adequada e compatível com as normas vigentes.

Sempre que aplicável, a contratada deverá adotar boas práticas de tecnologia sustentável, tais como otimização de servidores, eficiência energética e uso responsável de recursos digitais, contribuindo para a mitigação de impactos ambientais indiretos.

Dessa forma, conclui-se que o objeto da contratação possui baixo impacto ambiental e, ao mesmo tempo, promove efeitos positivos relacionados à sustentabilidade, racionalização de recursos e modernização dos serviços públicos educacionais.

VANTAGENS AMBIENTAIS DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EM FORMATO ONLINE

A prestação do serviço em formato online apresenta vantagens ambientais relevantes, sobretudo pela redução da necessidade de deslocamentos físicos, utilização de infraestrutura presencial e consumo de materiais impressos.

A inexistência de transporte diário de alunos, professores e equipes de apoio contribui diretamente para a diminuição da emissão de gases de efeito estufa e de poluentes atmosféricos associados ao uso de veículos, impactando positivamente a qualidade do ar e a mitigação de impactos climáticos.

Adicionalmente, o modelo digital reduz de forma significativa o consumo de papel, tintas, plásticos e demais insumos físicos tradicionalmente utilizados em ambientes presenciais, promovendo a minimização da geração de resíduos sólidos e o uso mais racional de recursos naturais.

A menor demanda por espaços físicos também implica redução no consumo de energia elétrica, água e materiais de manutenção predial, contribuindo para maior eficiência ambiental das atividades educacionais.

Dessa forma, o formato online alinha-se aos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade ambiental na administração pública, configurando alternativa de baixo impacto ambiental e com efeitos positivos na preservação dos recursos naturais.

22. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação do cursinho preparatório online não possui contratações correlatas ou interdependentes que condicionem sua execução, uma vez que o serviço será prestado de forma integral pela empresa contratada, por meio de plataforma educacional digital própria ou sob sua responsabilidade.

Não se faz necessária a celebração de contratos adicionais para infraestrutura física, transporte, fornecimento de materiais impressos ou serviços de apoio presencial, considerando que todas as funcionalidades essenciais ao atendimento dos alunos, tais como disponibilização de conteúdo, aulas, simulados, acompanhamento pedagógico e suporte tecnológico, encontram-se abrangidas no objeto da presente contratação.

Eventuais demandas internas de gestão, acompanhamento pedagógico e fiscalização contratual serão absorvidas pela estrutura administrativa já existente no Município, não caracterizando contratação adicional.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é autônoma em sua execução, não havendo dependência de outros contratos públicos para sua operacionalização, o que contribui para maior eficiência administrativa, previsibilidade de custos e simplificação da gestão contratual.

23. MAPA DE RISCO

Metodologia adotada (padrão técnico)

Classificação:

Probabilidade (P)

- Baixa (1) | Média (2) | Alta (3)

Impacto (I)

- Baixo (1) | Médio (2) | Alto (3)

Nível de Risco = $P \times I$

- 1 a 2 → Baixo
- 3 a 4 → Médio
- 6 a 9 → Alto

TABELA 1 – IDENTIFICAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS

Nº	Risco Identificado	Causa Provável	Impacto Potencial	P	I	Nível	Medidas de Mitigação
1	Instabilidade da plataforma	Infraestrutura tecnológica inadequada	Interrupção do acesso dos alunos	2	3	6 (Alto)	Exigir SLA mínimo, suporte técnico contínuo e correção imediata

2	Não entrega integral dos conteúdos contratados	Falha operacional da empresa	Prejuízo pedagógico	2	3	6 (Alto)	Definição clara de escopo + fiscalização permanente
3	Baixa qualidade pedagógica	Material não compatível com o TR	Ineficiência do serviço	2	3	6 (Alto)	Exigir amostras, relatórios e critérios mínimos de qualidade
4	Atraso na liberação dos acessos	Desorganização da contratada	Prejuízo ao cronograma	2	2	4 (Médio)	Fixação de prazo contratual e penalidades
5	Suporte técnico ineficiente	Estrutura insuficiente da empresa	Reclamações e interrupções	2	2	4 (Médio)	Exigir canais de atendimento e prazo de resposta
6	Inexecução parcial do contrato	Falta de capacidade operacional	Necessidade de rescisão	1	3	3 (Médio)	Exigir atestado técnico de 30%
7	Descumprimento contratual recorrente	Má gestão da contratada	Penalidades e retrabalho	2	2	4 (Médio)	Fiscalização ativa + sanções
8	Problemas de segurança da informação	Falhas na proteção de dados	Risco jurídico	1	3	3 (Médio)	Exigir conformidade com LGPD
9	Baixa adesão dos alunos	Dificuldades de acesso ou uso	Menor efetividade social	1	2	2 (Baixo)	Orientações e suporte ao usuário
10	Falhas na fiscalização	Ausência de controle	Persistência de problemas	1	3	3 (Médio)	Designação formal de fiscais capacitados

TABELA 2 – CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS RISCOS

Categoria	Quantidade
Risco Alto	3
Risco Médio	6
Risco Baixo	1

ANÁLISE TÉCNICA CONSOLIDADA DO MAPA DE RISCOS

A análise dos riscos evidencia que os principais pontos críticos da contratação se concentram na disponibilidade tecnológica da plataforma, na qualidade dos conteúdos educacionais e na entrega integral das funcionalidades contratadas, os quais foram classificados como riscos de nível alto em razão de seu impacto direto na efetividade do objeto.

Os riscos de nível médio relacionam-se predominantemente a aspectos operacionais, como prazos de disponibilização, eficiência do suporte técnico, segurança da informação e capacidade de execução da contratada, os quais podem ser adequadamente mitigados por meio de cláusulas contratuais claras, fiscalização ativa e exigência de comprovação de capacidade técnica.

Já os riscos classificados como baixos apresentam impacto limitado e podem ser controlados por medidas administrativas simples.

Destaca-se que as estratégias de mitigação previstas, especialmente a exigência de atestado técnico-operacional, definição de níveis mínimos de serviço (SLA), mecanismos de fiscalização contínua e aplicação de sanções contratuais, reduzem significativamente a probabilidade de materialização dos riscos mais relevantes.

Conclui-se, portanto, que o nível geral de risco da contratação é controlável e aceitável, desde que observadas rigorosamente as medidas de prevenção e gestão previstas neste mapa, não havendo óbice técnico à viabilidade da contratação.

24. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação, destinada à prestação de serviços de hospedagem (diárias de hotel), tem por finalidade atender às necessidades institucionais das diversas Secretarias Municipais e Fundos vinculados à Prefeitura de Tomé-Açu/PA, assegurando suporte adequado às atividades administrativas, técnicas e operacionais que demandem deslocamentos, capacitações, reuniões, atendimentos externos e outras ações de interesse público.

A iniciativa encontra-se devidamente autorizada pela autoridade competente e está alinhada ao planejamento institucional da gestão municipal, contribuindo para a continuidade das atividades administrativas, para a organização logística das ações governamentais e para o adequado apoio aos servidores e colaboradores em exercício de atividades fora de suas unidades de origem.

Todas as etapas necessárias à adequada instrução processual foram observadas, desde a formalização das demandas pelas secretarias solicitantes, passando pela análise do histórico de utilização, avaliação das necessidades institucionais, definição dos requisitos técnicos e operacionais, até a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, em consonância com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que, embora o Plano Anual de Contratações – PAC encontre-se em fase de consolidação, a presente contratação já se mostra plenamente alinhada ao planejamento estratégico municipal, na medida em que promove:

- economicidade, ao possibilitar contratação por meio de Ata de Registro de Preços, com melhor previsibilidade e controle dos gastos;
- eficiência administrativa, ao evitar contratações pontuais, fragmentadas ou emergenciais;

- continuidade dos serviços públicos, reduzindo riscos de indisponibilidade logística e prejuízos à execução das atividades institucionais.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é necessária, oportuna e plenamente justificada, representando ação administrativa coerente com os objetivos da gestão pública municipal, fortalecendo a atuação integrada das secretarias e assegurando melhores condições de planejamento, execução e atendimento ao interesse público no Município de Tomé-Açu/PA.

25. CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS DE PLANEJAMENTO

A presente contratação, destinada à prestação dos serviços de cursinho preparatório online, tem por finalidade atender às políticas educacionais do Município, ampliando o acesso à preparação para vestibulares e para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, assegurando suporte pedagógico estruturado aos estudantes da rede pública e à população em geral.

A iniciativa encontra-se devidamente autorizada pela autoridade competente e está alinhada ao planejamento institucional da gestão municipal, integrando as ações estratégicas voltadas à melhoria dos indicadores educacionais, à promoção da inclusão social e ao fortalecimento das oportunidades de acesso ao ensino superior.

Todas as etapas necessárias à adequada instrução processual foram observadas, desde a formalização da demanda pela secretaria responsável, análise das necessidades educacionais locais, definição dos requisitos técnicos e operacionais do serviço, até a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que, ainda que o Plano Anual de Contratações – PAC encontre-se em fase de consolidação, a presente contratação já se mostra plenamente compatível com o planejamento estratégico municipal, na medida em que promove:

- ✓ ampliação do acesso educacional por meio de tecnologia digital;
- ✓ eficiência administrativa, ao concentrar a prestação do serviço em contratação estruturada;
- ✓ melhor controle e previsibilidade dos gastos públicos;
- ✓ continuidade das ações educacionais sem interrupções.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é necessária, oportuna e plenamente justificada, representando ação administrativa coerente com os objetivos da política educacional do Município, contribuindo para o desenvolvimento social, a qualificação dos estudantes e o atendimento efetivo ao interesse público.

26. ANEXOS E APÊNDICES

26.1. Apêndice I – MODELOS DE DECLARAÇÕES SUGERIDAS NESTE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

27. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, atestando que sua elaboração observou as disposições dos Decretos Municipais vigentes, da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006, bem como os princípios que regem as contratações públicas.

Declaro, ainda, que a contratação pretendida é viável sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, estando devidamente justificada e fundamentada nos elementos, análises e informações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, os quais demonstram o atendimento ao interesse público e a adequação da solução proposta às necessidades da Administração.

Tomé-Açu/PA, 02 de fevereiro de 2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ELABORADO POR:

Maria Eduarda Martins da Silva
Assessora Técnica – T. DO S. M. DA
SILVA Assessoria em Licitações e

ANALISADO E ACOMPANHADO POR:

Tatiana do Socorro Martins da Silva
Assessora Técnica – T. DO S. M. DA
SILVA Assessoria em Licitações e



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**APÊNDICE I – MODELOS DE DECLARAÇÕES SUGERIDAS NESTE ESTUDO TÉCNICO
PRELIMINAR**

MODELO 1 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE TÉCNICA DA PLATAFORMA

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE TÉCNICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara, para os devidos fins, que a plataforma de ensino online ofertada encontra-se em pleno funcionamento, atende integralmente às especificações técnicas previstas no Termo de Referência do processo de contratação, possuindo estabilidade, segurança e capacidade operacional para atendimento do quantitativo estimado de usuários.

Declara, ainda, que dispõe de todos os recursos tecnológicos necessários à adequada execução dos serviços contratados.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal

Nome:

Cargo:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODELO 2 – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO PEDAGÓGICO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE PEDAGÓGICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara que os conteúdos pedagógicos disponibilizados na plataforma de ensino online estão alinhados às diretrizes do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e aos principais vestibulares, contemplando todas as disciplinas exigidas no Termo de Referência.

Declara, ainda, que os materiais didáticos são atualizados, adequados ao público-alvo e compatíveis com os objetivos educacionais do programa municipal.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODELO 3 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LGPD

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara que realiza o tratamento de dados pessoais dos usuários da plataforma de ensino online em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), adotando medidas técnicas e administrativas de segurança para proteção das informações.

Compromete-se, ainda, a não compartilhar dados sem autorização legal e a utilizá-los exclusivamente para fins de execução do contrato.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODELO 4 – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara possuir estrutura tecnológica, equipe técnica qualificada e suporte operacional suficientes para a execução dos serviços de plataforma de ensino online, atendendo integralmente às exigências do Termo de Referência.

Declara, ainda, que possui capacidade para atendimento do quantitativo estimado de alunos previsto na contratação.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODELO 5 – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E CONTINUIDADE DO SERVIÇO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, declara que garantirá o acesso contínuo à plataforma de ensino online durante todo o período de execução contratual, assegurando funcionamento regular do sistema, bem como suporte técnico e pedagógico aos usuários.

Compromete-se a manter os níveis mínimos de qualidade e disponibilidade previstos no Termo de Referência.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal